

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 13 de março de 2023 - Ata n.º 13.

Aos treze dias do mês de março de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Alexandre Curi** (1.º Secretário) e **Mabel Canto** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **13.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Mabel Canto que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Mabel Canto – PSDB): Boa tarde, Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 12.ª Sessão Ordinária, de 8 de março de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofícios n.ºs 466/2023 e 470/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimentos do Deputado Goura; **Ofício n.º 199/2023** do Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei Complementar (autuado sob o n.º 1/2023) que altera, na forma de específica, dispositivos da Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. Era o que continha no Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos inverter o Horário do Pequeno Expediente. Há uma solicitação da Deputada Márcia Huçulak e, portanto, o Grande Expediente será destinado para ouvirmos o Presidente da Sociedade Paranaense de Nefrologia, Dr. Paulo Henrique Fraxino, que falará sobre a campanha do *Dia Mundial do Rim* em 2023, comemorado no último dia 9, com o tema *Saúde Renal para Todos*. Anuncio a presença do nosso Vice-Presidente da Sociedade Paranaense de Nefrologia, Dr. Rene Scalet dos Santos Neto. Tenho a honra de conceder a palavra à Deputada Márcia Huçulak, para que faça a saudação aos convidados.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Presidente, prezadas Deputadas e Deputados. Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Sociedade Paranaense de Nefrologia, Dr. Paulo Henrique, que nos honra com a sua presença, para fazer uma exposição sobre a campanha do *Dia Mundial do Rim*. Ele está acompanhado do Dr. Rene Scalet dos Santos Neto, Vice-Presidente da Sociedade Paranaense de Nefrologia, que também participa em Brasília do Departamento de Educação e Titulação da Sociedade Brasileira de Nefrologia. Os serviços de nefrologia no Paraná têm destacada atuação e são uma referência importante no Brasil na assistência, no ensino e na pesquisa. Não posso deixar de citar dois grandes profissionais do nosso Estado que há décadas atuam para

melhorar o cuidado das pessoas com doença renal, Dr. Miguel Carlos Riella, fundador e Presidente da Fundação Pró-Renal, e Dr. Ricardo Ackel, Superintendente do Grupo Instituto do Rim do Paraná, e também de todos os nefrologistas e suas equipes, pela assistência que realizam no dia a dia para milhares de paranaenses. *Cuidar dos vulneráveis*, com esse tema foi comemorado no dia 9 de março de 2023 o *Dia Mundial do Rim*, celebrado na segunda quinta-feira de março, campanha coordenada pela Sociedade Brasileira de Nefrologia. Por isso, quero convidar o Dr. Paulo Henrique para fazer uma exposição sobre este importante tema, que afeta milhões de brasileiros que no dia a dia necessitam de cuidados de equipes especializadas. O *Dia Mundial do Rim* é todos os dias. Vamos cuidar dos nossos usuários e das pessoas que dependem tanto do nosso Sistema Único de Saúde e, também, para essa assistência. Então, com a palavra o Dr. Paulo Henrique.

SR. PAULO HENRIQUE FRAXINO: Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano. Cumprimentando V.Ex.^a, cumprimento os demais Deputados, autoridades e convidados. Antes de abordar o tema proposto, gostaria de pedir licença aos senhores para falar um pouquinho da Sociedade Paranaense de Nefrologia. A Sociedade Paranaense de Nefrologia é um braço da Sociedade Brasileira de Nefrologia. Ela foi fundada no ano de 1984 e atualmente são 190 colegas associados da nossa representação. São 51 centros de diálise no Estado do Paraná, distribuídos em 31 cidades; são 14 centros transplantadores no Paraná, três grandes centros de pesquisa em nefrologia e seis instituições de residência médica que formam novos colegas. À frente de todo esse trabalho estão esses nossos companheiros da especialidade de nefrologia. Peço licença para homenagear o primeiro serviço de nefrologia do nosso Estado, que completa neste ano 60 anos. Ele foi fundado pelo Professor Adyr Mulinari, na Universidade Federal do Paraná, e acho que essa homenagem tem que ser feita. No ano de 2006, a Sociedade Internacional de Nefrologia estabeleceu como sendo o *Dia Mundial do Rim* a segunda quinta-feira do mês de março. Atualmente são mais de 160 países que comemoram esta data e no Paraná, como a Deputada Márcia falou, é capitaneada pela nossa Sociedade e

pela Sociedade Brasileira. Todos os anos um tema é proposto. Este ano o *slogan* é: *Saúde Dos Rins & Exame de Creatinina para Todos*. E como tema: *Cuidar dos vulneráveis e estar preparado para novos desafios*. A doença renal crônica é uma doença que está no rol das doenças crônicas não transmissíveis, ela acomete um a cada 10 pessoas no mundo todo. Isso corresponde a uma quantidade muito grande de pessoas portadoras de doença renal e a maioria delas nem sabe da sua doença, porque a doença renal, quando traz sintomas, já está em um estágio muito avançado, muitas vezes sem a possibilidade de regressão do quadro. O diagnóstico precoce se torna algo necessário e é algo iminente, e das doenças que temos e que mais leva à insuficiência renal é a hipertensão arterial e o *diabetes mellitus*. Para que os senhores tenham uma ideia, então, dessas doenças que causam, as principais doenças que causam a disfunção renal, coloquei um *slide* da Vigitel mostrando a situação aqui de Curitiba. Este *slide* mostra o percentual de pacientes hipertensos, de pessoas hipertensas por capital. Aqui na nossa cidade, em torno de 26% dos cidadãos curitibanos são hipertensos. E ali tem a comparação. A menor taxa é em Tocantins, em Palmas, com 16%; e no Rio de Janeiro a maior taxa de hipertensos, em torno 31%. Com relação ao diabetes, outra doença que leva à insuficiência renal, esses números são realmente alarmantes. Aí tem uma projeção feita em 2004, que se previa que no Brasil teria em torno de 11 milhões de pessoas portadoras de diabetes no ano de 2030. Já ultrapassamos e muito esse número. Atualmente são 16,8 milhões de adultos portadores de *diabetes mellitus* no Brasil. O Brasil é o quinto País no mundo com maior número de diabéticos, e a estimativa de 2030 passou de 11 para 21 milhões na nossa população. Com relação então a números. Como falei, uma para cada 10 pessoas no mundo são portadoras de doença renal e não sabe - isso corresponde a 850 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, em torno de 20 milhões, e no Estado do Paraná em torno de 1,2 milhões de pessoas com alguma disfunção renal sem diagnóstico. É fácil entender que se não prevenirmos os custos, vão cada vez aumentando mais. É muito mais barato tratar uma hipertensão, um diabetes ainda antes da fase de doença renal do que esperar que ela aconteça e esse paciente vai acabar precisando de transplante, vai acabar

precisando de terapias de substituição renal, hemodiálise, diálise peritoneal, que encarecem bastante o tratamento desses pacientes. Aqui também, para que os senhores tenham ideia de valores, coloquei um dia positivo, que mostra ali quanto o governo americano gasta por ano no tratamento de pacientes hipertensos: em torno de US\$ 1.200,00/ano. Abaixo, na seta, vocês podem ver quanto custa um paciente renal crônico nos Estados Unidos por ano: em torno de US\$ 17 mil, ou seja, 17 vezes mais o custo em uma situação talvez que pudesse ser evitada se tratássemos adequadamente ou focássemos no diagnóstico precoce da doença renal, tratando adequadamente a hipertensão e o diabetes. Isso é algo muito simples, essa prevenção e esse diagnóstico precoce são muito simples: através de um exame de sangue chamado creatinina, que nos mostra, quando elevado, que tem algum grau de disfunção dos rins. Para que os senhores tenham ideia, esse exame pelo SUS custa R\$ 2,00 mais ou menos, e nos laboratórios privados em torno de R\$ 15,00, ou seja, é um exame extremamente barato e que tinha que estar na rotina desde sempre, porque pessoas com esse exame alterado seriam identificadas como portadores de doença renal em uma fase bem precoce e seriam tratadas, evitando custos maiores e problemas para a saúde dessas pessoas. Se não fizermos nada, está aí o gráfico. É assim que acontece. Este gráfico mostra a evolução da doença renal dos pacientes em diálise no Brasil de 2001 até 2022. Vejam que tínhamos em torno de 40 mil pessoas em diálise em 2001 e hoje temos mais de 150 mil pessoas, e com alerta de que tantas outras não são nem diagnosticadas. Com relação ao tema proposto para este ano, é para chamar a atenção da vulnerabilidade do doente renal. Nós da Sociedade Paranaense e Brasileira e Internacional de Nefrologia sempre notamos que os nossos pacientes faziam parte de uma população vulnerável, são pacientes que muitas vezes não têm um acesso adequado ao tratamento médico ou à saúde ou ao diagnóstico, acabam se tornando renais crônicos e necessitando de diálise. Durante a pandemia, observamos que mais do que isso, os nossos pacientes já diagnosticados são muito vulneráveis. As clínicas de diálise tiveram que se preparar para atender casos de Covid com salas especiais, pessoas sendo demandadas a atender esses pacientes e tivemos muita dificuldade com insumos

- os senhores sabem disso - e notamos que em situações dramáticas e inesperadas o paciente renal crônico pode não ser tratado adequadamente, não ter condições de chegar ao centro de diálise. Um tratamento de diálise é feito três vezes por semana, com cada sessão de diálise durando quatro horas, e não temos como suspender esse tratamento. Além disso, estamos presenciando, nesses últimos momentos, situações aí no mundo inteiro de terremotos, de alagamentos que tivemos há pouco tempo aqui no Brasil, e que isso pode impedir que o paciente renal chegue até o centro dialisador. A discrepância entre a nossa opção ou as possibilidades de centros de diálise distribuídos no Brasil fica muito clara neste *slide*. Há uma assimetria na distribuição. Os pontinhos vermelhos que os senhores veem ali são as clínicas de diálise no Brasil, e podemos comparar ali estado a estado, região a região, como tem localidades ainda com bastante dificuldade de acesso, o que também traz uma grande vulnerabilidade para esses pacientes. No Paraná temos quatro grandes macrorregionais, e ali coloquei em cada uma delas o número de unidades dialisadoras que temos. Ao todo são 51 clínicas de diálise; dessas, 46 atendem o SUS e estão distribuídas em 31 municípios do Paraná. Então, menos de 10% dos municípios paranaenses têm uma clínica de diálise. E alguns números nossos aqui do Paraná. Fazemos em torno de 8.500 sessões de diálise por mês, temos 1.200 pacientes mais ou menos em uma fila de espera para transplante e o número de sessões de hemodiálise pelo SUS é em torno de 75 mil. Oitenta e dois por cento dos pacientes tratados com doença renal crônica no Paraná são bancados pelo Sistema Único de Saúde. Para finalizar, gostaria de agradecer esta possibilidade que os senhores nos deram, em especial à Deputada Márcia Huçulak, que já é uma parceira de longa data da Sociedade Paranaense de Nefrologia, já nos apoiou anteriormente em outras campanhas. Agradecer a atenção dos senhores e me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos que porventura se façam necessários. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Agradecemos ao Dr. Paulo pela brilhante exposição. **Vou suspender por um momento a Sessão,** para os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Registro a presença do Vereador de Arapongas, Sr. Aroldo Pagan, por solicitação do Deputado Denian Couto. Seja bem-vindo. Primeiro orador inscrito, Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados e público que nos assiste pela *TV Assembleia*. Subo a esta tribuna ainda com dor no coração pelo ocorrido na cidade de Jandaia do Sul, aquela fatalidade, aquele acidente com um ônibus que vitimou crianças e que abalou o Estado do Paraná. Dizer para vocês que aqui no Estado do Paraná, mais precisamente em Curitiba, nos últimos cinco anos, foram registrados mais de 19 acidentes em linhas férreas, aqui na Capital. Em 2019, foram registrados ao todo 146 acidentes com trens aqui no Estado do Paraná, incluindo colisões e atropelamentos. É um tema que nos deixa bastante tristes em ter que falar sobre isto, mas, enquanto Parlamentares, precisamos apresentar propostas que visem diminuir ou até mesmo evitar que fatalidades iguais a essa voltem a acontecer aqui no nosso Estado. Da minha parte, apresentei um Projeto de Lei que dispõe sobre a instalação de cancelas em todas as passagens de trens no Estado do Paraná. Deixei em aberto para os Parlamentares que quiserem assinar junto este Projeto, porque é uma matéria que interessa a todos e, conhecendo esta Casa de Leis, tenho certeza de que iremos trabalhar juntos para aprovar, se for o caso, este Projeto de Lei e também propor outras ações junto ao Governo para que fatalidades iguais a essa que aconteceu em Jandaia do Sul possam ser evitadas aqui no Estado do Paraná. Este Projeto de Lei visa assegurar e trabalhar para que tanto os pedestres e condutores que precisam passar em linhas de trem, linhas férreas possam ter ali uma segurança considerável no intuito de evitar acidentes. Para finalizar, quero deixar registrado que Deus possa confortar o coração de todas aquelas famílias que tiveram ali os seus familiares vitimados naquele acidente. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, pelo PSDB, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas e Deputados. Quero falar hoje, pela primeira vez neste ano, sobre pedágios, um assunto que tem sido constante aqui na nossa Sessão Plenária. Trago este assunto hoje novamente, tendo sido membro ativo da Frente Parlamentar. Quantas Audiências Públicas, Deputado Arilson, foram feitas por esta Casa, a participação maciça da sociedade civil organizada, do setor produtivo; com quanta gente conversamos para tentar fazer um modelo que fosse o mais benéfico e melhor para toda a população do nosso Estado. Na última sexta-feira, estava olhando o noticiário nacional e vi uma reportagem falando sobre a situação das nossas estradas aqui do Paraná, principalmente sobre a 277, que liga as praias e o Porto de Paranaguá principalmente. E vi o relato justamente do Presidente da Coamo, que é uma das maiores cooperativas do nosso País, ele falando sobre o prejuízo que a agricultura do nosso Estado está tendo devido à questão dos pedágios, devido à questão das nossas estradas sem nenhuma estrutura, a supersafra deste ano parada em silos temporários, infláveis, o que não é o ideal. Então, não temos nem mais lugar para escoar a nossa produção, não se consegue cruzar o Estado mais devido à situação das nossas estradas. A 277, por exemplo, está desde o ano passado, desde o ano passado em uma situação calamitosa! Quantas filas vimos desde então? Os caminhões parados com a nossa produção, prejuízo para o setor produtivo, prejuízo para toda a nossa população. Aí penso também na estrada Ponta Grossa-Curitiba, que faço todos os dias, todos os dias vou e volto, quando tem Sessão – buraco atrás de buraco, Deputado Requião. Buraco atrás de buraco! Não há sequer manutenção. Com todas essas chuvas dos últimos dias é evidente que a situação se agrave, inclusive lá em Ponta Grossa, impedindo o tráfego, de tanta água que tinha na pista. Se eu que vou de carro já tenho prejuízo, já tenho que ficar às vezes quatro horas para chegar em Ponta Grossa, às vezes buscar um caminho alternativo para chegar em casa, levando aí cinco horas, dependendo do tempo, imaginem para o setor produtivo o prejuízo que não está sendo! E aí vi um vídeo daquela

estrada Mogi-Bertioga, em fevereiro, alguns dias atrás, quando aconteceu toda aquela fatalidade lá em São Paulo, desmoronamento, as estradas um caos. Em 15 dias, Deputado Arilson, em 15 dias, acredite, estava pronta a estrada. Por que essa agilidade não vem para o Paraná para ajeitar a estrada ali que leva a nossa safra ao Porto de Paranaguá? E aí me lembro de algumas frases: *Passagem livre até as novas concessões. O Governo do Paraná e o Governo Federal cuidarão dos serviços nas rodovias. Fim do preço injusto dos pedágios; só retornará com tarifa menor.* Aí, além do Presidente da Coamo, vi um produtor da nossa região, um produtor da nossa região postar há um dia nas redes sociais o que vou ler aqui: *O excesso das chuvas em nosso Estado realmente está acima dos níveis já medidos em outros anos, mas os prejuízos que todos estamos tendo é culpa da dupla Ratinho Júnior e Sandro Alex, que hoje estão em cima do Governo Federal, fazendo pressão para que agilizem a liberação das licitações para a implantação dos pedágios. Se não fossem demagogos, teriam ajustado uma prorrogação de prazo com as concessionárias quando findou o contrato, pelo menos hoje as nossas rodovias teriam manutenção, conservação e nós usuários teríamos atendimento aos usuários. Mas a política falou mais alto, bem mais alto, e hoje as estradas estaduais...* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Mabel, um minuto para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Deputado, peço o horário da Liderança do PSDB. Podemos?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Sigo o relato: *Mas a política falou mais alto, bem mais alto e hoje as estradas estaduais e federais que cortam o nosso Estado estão uma calamidade, causando mortes e muitos prejuízos financeiros. Pedágios agora mais caros só depois de novembro, dupla dinâmica.* Esse não é um relato da Deputada Mabel, esse é um relato de um produtor rural da nossa região que está tendo inúmeros, inúmeros prejuízos. E aí lembro que de fato uma

das concessionárias, um pouco antes do fim dos pedágios, chegou a conversar com o Secretário Sandro Alex sobre uma prorrogação dos contratos pela metade da tarifa para fazer a manutenção. O Secretário não quis nem ouvir, Deputado Doutor Antenor. Não tinha a menor possibilidade que isso acontecesse, segundo o Secretário. Ele disse que iria abrir as cancelas e ponto-final, que foi o que eles fizeram. E, sabem, confesso que não sou fã das concessionárias, denunciei muitas coisas aqui das concessionárias no mandato passado, mas, diante dos prejuízos que estamos tendo hoje, talvez, naquele momento em que elas chamaram o Governo para conversar, deveria ter acontecido essa conversa. Quem sabe menos da metade, mas não estaríamos hoje com a situação das estradas ao ponto que está. O que o Sandro Alex fez enquanto Secretário da Infra, o Secretário da Infraestrutura e Logística do Paraná, na verdade, foi um golpe midiático: *Vamos abrir as cancelas!* Fez vídeo na época lá, no dia 27, 28 de novembro de 2021, abrindo as cancelas: *Chega de pedágio caro!* Não vi o Sandro Alex fazendo vídeo agora parado nas estradas, esperando para chegar em casa ou esperando para chegar aqui na Secretaria. Aliás, esses dias que deu um acidente que parou tudo eu estava na estrada, fiz um atalho super-radical, Deputado Requião, e cheguei. O irmão do Secretário, Deputado Marcelo Rangel, licenciado, voltou para trás, não conseguiu passar. A culpa é de quem? Do próprio irmão Sandro Alex, que não fez o serviço que tinha que fazer quando era então Secretário. Golpe de mídia, igual aquele golpe de mídia que o Sandro Alex fez quando disse que as obras do Acordo de Leniência da Lava Jato eram dele, anunciava como se fossem dele e do Estado, mas não eram. Quando as cancelas abriram, não vimos nada de efetivo. Isso que o Sandro Alex falou, falou, falou, que desde 2019 ele estava conversando com o DNIT, com o Ministério da Infraestrutura e conversa, conversa, anúncio bonito, fala bonita, nada de concreto. E aí? Os prejuízos, estamos vendo hoje. O setor produtivo está vendo hoje. Não tem ninguém feliz com isso que está acontecendo. Nada! Agora esta Assembleia não vai ter nem Frente Parlamentar mais. Acabou a Frente Parlamentar. Era para ter duas, para escolher uma e no fim não temos mais nada. Agora os Deputados Federais que, em uma comissão, vão lá intermediar. Só quero lembrar que foi esta

Casa, esta Casa que verdadeiramente abriu a discussão. Todos os Deputados aqui convergiram na discussão. Alguns eram a favor do modelo apresentado, outros eram contra, mas não tenho a menor dúvida de que todo mundo queria isso resolvido e quer resolvido. Lamento, Presidente, que infelizmente não tenhamos mais a Frente. Lamento, porque tínhamos que continuar participando desta discussão através da Frente. Posso vir falar aqui, o Deputado Arilson pode vir, o Deputado Requião pode vir, os Deputados da base podem vir, mas a Frente era um órgão de discussão sobre os pedágios. Concordando ou não com a modelagem, era ali que estávamos discutindo com a sociedade civil organizada, com o setor produtivo. Relembro que foram muito importantes as discussões e as audiências que aconteceram por todo o Estado. É claro que agora precisamos ter um fim para isso. O Governo Federal recém-empossado está avaliando, reavaliando. Espero que reavaliando, Deputado Arilson, para que tenhamos as menores tarifas possíveis. O povo do Paraná converge em tarifa justa, em obras, em manutenção das estradas. É isso o que todos queremos, é isto o que o produtor rural quer, passar com os seus caminhões e com a sua produção e chegar ao Porto de Paranaguá, que, aliás, esses dias tiveram safras sendo desviadas para outros portos por conta da situação das novas rodovias. Então, precisamos realmente finalizar isso. Claro que não dá para ser atropelado, simplesmente chegar ao Governo Federal agora e: *Vamos, vamos, vamos, vamos! E acabou.* Não. Não é assim. Tem que ter responsabilidade. Tem que ter a responsabilidade que o Sandro Alex não teve. Tem que ter pessoas lá com responsabilidade daqui do Governo. Tem muita gente com responsabilidade aqui do Governo. Tem que ter gente com responsabilidade lá do Governo Federal, para finalizarmos este assunto e fazer aquilo que é melhor para a nossa população. O Paraná não aguenta mais essa história. O Paraná quer pedágio justo, quer obras e vai ter que ter obras, porque a hora em que essas concessionárias vencerem o leilão e virem as nossas estradas... Ah, vai ter que ter obra e muita obra. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Outubro de 2018, eleições para o Governo do Estado do Paraná, fala do atual Governador: *Faremos de tudo para rever os problemas do pedágio. O contrato acaba no ano de 2021.* Agosto de 2019, termo de entendimento assinado entre o Governo do Paraná e o Governo Federal para novas concessões das rodovias paranaenses. Agosto de 2021, Lei n.º 20.688, aprovada por esta Casa, autorizando a cessão das rodovias estaduais para se fazer o pedágio. Novembro de 2021, término dos contratos de pedágio, dia 27/11, há 500 dias quase atrás. O que se tinha para fazer em novembro de 2021? Quatro opções: fazer um novo pedágio; fazer um aditivo contratual com as reduções das tarifas; criar uma solução transitória via DER para se cobrar uma tarifa de manutenção; ou deixar sem pedágio e assumir a manutenção. Qual foi a decisão do atual Governo? Nenhuma das quatro. Deixou a sorte chegar e o custo da decisão errada chegou: rodovias em péssimo estado, rodovias federais, rodovias estaduais. Não se teve coragem de fiscalizar. Contrato assinado pelo DER, que fiscalizava boa parte do Estado; fiscalização de Agência Reguladora, a Agepar, não fez o dever de casa. O Governo do Estado do Paraná, ao invés de cobrar do Governo Federal a manutenção, calou-se durante todo o período. Ano de eleição: *Vamos postergar o debate, para não prejudicar o resultado da eleição.* A conta chegou. Poderia chamar isso de estelionato eleitoral, mas vou aprofundar um pouquinho mais o debate. Não é só isso, é a economia do Paraná que está em jogo. São vidas que estão em jogo. É um momento muito triste. Agora, vejo um vídeo do Governador, lá no Japão, falando para se deixar a política de lado. Sempre teve que se deixar a política de lado! Aliás, se tivesse deixado, Deputado Requião Filho, a política eleitoreira de lado, teríamos tido uma solução para os pedágios do Paraná em novembro de 2021. Se tivessem deixado a mágoa política de lado, depois das eleições, teríamos tido algum avanço. O pedágio do Paraná teve avanços? Teve avanços, sim, por conta do atual Governo, que desde janeiro de 2006, para ser preciso da data do dia 6 começou tratativas sobre a nova mudança no edital. Claro que está longe de ser o edital que o povo do Paraná precisa, mas já houve o entendimento para se fazer um estudo sobre o uso das rodovias, do tráfego,

fazendo que com seja aumentada a tarifa ou seja diminuída, e que o aporte para a execução seja exclusivamente direcionado para garantir as obras; a ampliação do desconto que não havia, que a cada 1% no edital do Bolsonaro, do Ratinho, do Sandro Alex e do Tarcísio, já se cobrava uma outorga, e passou-se para 12, com o esforço da Frente Parlamentar que existia aqui, de todos nós. Queremos mais, muito mais do que 12; a bancada federal fala em 20, queremos 25. Na verdade, não queríamos aporte, mas se a decisão política for para ter aporte, que isso se dê acima dos 25% nesse desconto. Queremos também que seja revisto o uso do Acordo de Leniência. O Governo do Paraná está fazendo Acordo de Leniência isentando as pedageiras de obras, e usando o acerto para obras que não estão no pátio de modelagem do novo edital. O que acontece com isso? O dinheiro acertado no Acordo de Leniência não vai para o novo modelo, aumenta-se o Capex a ser feito, aumenta a tarifa, o que era para ser ao contrário, mas aqui não se está usando. Então, precisamos de verdade deixar a política de lado, mas principalmente a política de marketing, aquela que mostra uma coisa, apresenta o vídeo de uma coisa e quando a ação vai, vai no sentido contrário e não acontecesse. Estamos em um momento que tem que ter união, que tem que ter discussão, mas a discussão se dá pela verdade. *Pressa, pressa, pressa* - é o termo que se ouve agora. O Governo Lula sempre teve pressa, e a nossa pressa é para fazer primeiro a manutenção das rodovias. Por isso foram liberados 430... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Por isso foram liberados pelo Governo Federal R\$ 431 milhões para fazer a manutenção das rodovias, tapar os buracos, restabelecer a sinalização, cortar o mato, sinalizar a rodovia, reerguer os *guard rails*. A nossa pressa é para a segurança das pessoas voltar, a nossa pressa não é para aceitar um pedágio caro e abusivo, com 15 novas praças, com 35 anos de contrato, com uma tarifa alta como está prevista lá, a pressa do Governo Federal é para restabelecer a normalidade. E para isso estamos aqui à disposição para

discutir o real sentido de ter pedágio, até porque, se tivéssemos a manutenção feita das rodovias e as obras concluídas, duvido que alguém iria ter saudades do pedágio. Duvido que teríamos saudades do pedágio. Cuidado! O abandono das rodovias pode ter sido estratégia política... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, na minha trajetória política nesta Casa sempre optei por levantar como bandeira principal a bandeira da saúde, dos pacientes do SUS, dos hospitais filantrópicos, e continuo na luta por essa bandeira. Quero inclusive agradecer a todos os Deputados que assinaram a criação da Frente Parlamentar da Medicina e agradecer ao Presidente desta Casa, que está marcando a sua instalação. Mas quero dizer que a saúde dos animais, Deputado Tito, tem também muito a ver com a saúde do ser humano. Não foi à toa que encaminhei recentemente ao Governo do Estado uma proposta legislativa, através de expediente desta Casa, solicitando no Paraná a criação da Secretaria de Proteção Animal. E mais do que isso, encaminhei em anexo, já que só o próprio Governo constitucionalmente pode criar despesas, modelo do Projeto de Lei, Deputado Antenor, a ser implantado, inclusive sem custos novos, Deputado Romanelli, para o erário público, porque temos um fundo de direitos difusos no Estado do Paraná que precisa ser utilizado e que pode receber recursos de multas, inclusive de multas aplicadas pelo Ministério Público Federal. Portanto, existem fontes de recursos para a implantação da Secretaria de Proteção Animal no Estado do Paraná. Tenho acompanhado matérias que a RPC tem feito com muita propriedade sobre a questão dos animais e é um grande serviço público que está sendo prestado à sociedade por essa emissora de televisão. Muitos idosos têm nos animais a sua única companhia, muitas viúvas, muitos aposentados, mas, mais do que isso, muitas crianças com deficiência, principalmente crianças autistas têm nos animaizinhos a sua principal companhia. E temos que cuidar da saúde dos animais, porque cuidar da saúde dos animais é também cuidar da

saúde do ser humano. Por isso, estou encaminhando hoje ao Prefeito de Curitiba, Rafael Greca, um requerimento propondo a criação do Hospital Público Veterinário da cidade de Curitiba, inclusive não só para cuidar dos animais que devem ser recolhidos, tratados, castrados, vacinados, cadastrados, chipados, preparados para a adoção responsável, mas também para cuidar da saúde do ser humano. Porque pode ser que alguém, querendo fazer graça, diga: *Olha o Ney agora! Ele, que sempre se preocupou com a saúde das pessoas, vem defender a saúde animal.* Defendo a saúde animal sim, porque você vê a evolução do ser humano pela forma que ele trata os animais, os cães, os gatos, os animais domésticos e também os animais silvestres ou selvagens. Mas defendo a saúde dos animais e entendo que é necessário que a Capital do Estado dê o exemplo para todo o Paraná criando esse hospital veterinário, porque a saúde humana está também ligada diretamente à saúde dos animais. Vejam que existem diversas doenças que podem ser transmitidas por animais não tratados: a *toxoplasmose* é um exemplo; a *ancilostomíase* é outro exemplo; a raiva - ainda existe o problema da raiva nos dias atuais; a *dipilidiose*; a *leptospirose*; a *dermatomicose*; a *esporotricose*; a *psitacose*. E poderia citar aqui mais outras dezenas e dezenas de doenças que podem ser transmitidas ao ser humano se os animais não forem bem cuidados... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Ney Leprevost, para concluir, por favor.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Portanto, Sr. Prefeito Rafael Greca de Macedo, é uma questão de saúde pública. Vejo muitos animais abandonados nas ruas de Curitiba. Precisamos, na nossa cidade, de um hospital público veterinário que cuide da saúde dos animaizinhos e que proteja principalmente as nossas crianças de contraírem doenças que são transmitidas pelos pets, e que isso se torne no futuro um exemplo para todas as grandes cidades do Estado do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente Tercilio Turini. E fico feliz de ter feito este pronunciamento no momento em que um médico está presidindo a tribuna desta Casa, está presidindo a Mesa desta Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Próximo orador, Deputado Cobra Repórter.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde para a 1.^a Secretária, para a 2.^a Secretaria e para todos que nos acompanham. Senhor Presidente, subo nesta tribuna hoje para tratar de um assunto muito importante. É lamentável o que aconteceu essa semana que passou lá na cidade de Jandaia do Sul. Infelizmente, duas crianças morreram na hora, outra pessoa morreu posteriormente e mais pessoas continuam internadas - Maria Victoria, lá que também é a sua região -, devido a esse grave acidente que aconteceu com um ônibus da Apae lá na ferrovia em Jandaia do Sul. Todos os anos acontecem centenas de acidentes, dezenas de acidentes nas ferrovias aqui do Estado do Paraná. Lamentavelmente, Cloara, muitas pessoas perderam suas vidas. Lembro-me que há dois anos, Sr. Presidente, mãe e filha morreram na cidade de Rolândia. É lamentável. O carro parou sobre a linha férrea. A mãe, no desespero de tirar a filha que estava presa à cadeirinha do banco traseiro, acabou não conseguindo sair a tempo e lamentavelmente morreram mãe e filha. De lá para cá, outros acidentes aconteceram. Arapongas tem acidente frequente, na cidade de Cambé, no ano passado, tivemos um homem que acabou perdendo a vida. Enfim, por onde o trem passa, lamentavelmente deixa marca de sangue. Essa é a verdade. A ferrovia é do Governo Federal, mas é uma concessão da Rumo. A Rumo detém os direitos de explorar a ferrovia já faz um ano e, desde que a Rumo assumiu, Sr. Presidente, eles retiraram as cancelas, retiraram os profissionais que ficavam ali nas travessias e lamentavelmente não fizeram absolutamente nada. Nem o mato eles têm roçado com frequência às margens da ferrovia. Você passa em uma cidade onde tem ferrovia, você vê que o lugar mais mal cuidado é onde a ferrovia passa. Onde é de responsabilidade deles, nada é feito, e temos que engolir isso. A população tem engolido isso, Sr. Presidente. A população não tem a quem recorrer. Os Prefeitos muitas vezes ficam de mãos atadas, porque pedem socorro e eles nem atendem direito. É um sacrifício para você tratar alguma coisa com a Rumo. É quase impossível você conseguir uma audiência e conseguir convencê-los de que aquilo que está acontecendo está errado e que precisa mudar. Então, é

impossível. E precisamos, enquanto esta Casa, Sr. Presidente, tomar as providências. O Governo do Estado precisa nos ajudar. Aquilo que é de concessão do Governo Federal mas que está dentro do Paraná é de responsabilidade nossa também. Então, é necessário esta Casa também tomar um posicionamento. Sei que tem alguns Deputados aqui que já estão entrando com Projeto de Lei, mas tenho um Projeto desde 2019 que tramita aqui nesta Casa, que estabelece cancelas, que estabelece sinalização mais eficaz, que estabelece também outros tipos de situação que possa trazer a segurança para a população do Estado do Paraná. Esperamos que agora, juntando todos esses Projetos, possamos apresentar aqui a esta Casa e aprovar o mais rápido possível, para que a Rumo possa tomar as providências. O que não podemos aceitar, Sr. Presidente, é que pessoas continuem morrendo no Estado do Paraná por falta de responsabilidade, por falta de ações e por falta do puro amor humano que não tem a Rumo com a população do Paraná. Todo mundo fala: *Ah, mas o motorista errou*. Concordo. A culpa também foi do motorista; mas, se tivesse ali uma sinalização, tivesse ali uma cancela, não teria acontecido aquilo. Teriam preservado as vidas. Então precisamos, urgentemente, tomar as providências. E que isso seja mais uma vez o papel desta Casa. E tenho certeza de que o Governador do Estado também vai ser sensível, e aquilo que esta Casa propor ele vai sancionar, para que possamos preservar vidas. Então, parabenizar aqui os outros Deputados; que possamos unir os Projetos e dessa forma fazer aquilo que é mais importante, que é cuidar da vida dos paranaenses. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Cobra, V.Ex.^a tem um Projeto já protocolado na Casa algum tempo atrás que trata deste tema, e agora outros Sr.^s Deputados também estão propondo iniciativas idênticas. Portanto, já estou determinando que tramite o seu Projeto anexando os demais, as demais iniciativas ao seu Projeto, para que se torne um Projeto único. Próximo orador, Deputado Professor Lemos. Deputado Lemos, declina? Já lhe anunciei, Deputado Lemos. Está sem pressa, hein! Milagre.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas. Ao tempo em que cumprimento a nossa população que acompanha a Sessão, cumprimento também as lideranças que comparecem a esta Sessão e nos honram com suas presenças. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, hoje vamos apreciar um Veto aqui na Assembleia que trata de professores e professoras, funcionários e funcionárias, técnicos e técnicas da UENP, a Universidade Estadual do Norte Pioneiro, mais precisamente do campus de Bandeirantes. Esses professores e técnicos foram contratados por teste seletivo, com prova escrita, com banca. Isso no passado, quando esse campus da UENP ainda era uma faculdade ou era uma fundação. E passaram, então, por um teste semelhante a um concurso público. Então, todos os professores ou técnicos que quisessem se candidatar para essas vagas, podiam se candidatar. E eles, entre tantos candidatos, foram aprovados e trabalharam lá por muitos anos. Quando o Estado decidiu criar a UENP, a Universidade do Norte Pioneiro, precisava desses professores e desses técnicos, porque senão não poderia aprovar aqui a lei criando a universidade, porque eles têm títulos, são mestres, são doutores, são pós-doutores e também têm pesquisas publicadas, têm trabalhos publicados. Eles são excelentes pesquisadores e elas também, porque tem professoras excelentes, pesquisadoras. Então, aqui na Assembleia, aprovamos a criação da universidade. Aqui na Assembleia aprovamos também uma lei para que esses colegas professores - são mais de 50 entre professores e técnicos - permanecessem na universidade, porque é importante para a universidade; que não fossem, então, exonerados, porque eles não deram causa para que essa transformação fosse feita, são terceiros de boa-fé. E cito como exemplo os mais de 40 mil funcionários do Estado que fizeram teste seletivo nos anos 80, 90. Em dezembro de 1992, por força da Lei n.º 10.219/1992, foram transformados em cargos estatutários e tinham passado por uma prova, um teste seletivo parecido com os professores lá da UENP, aí foram elevados a cargo de estatutários. Isso houve questionamento, o Ministério Público moveu uma ação civil pública contra o Governo do Estado do Paraná para exonerar esses 40 mil servidores. Acompanhamos de perto e, ao final, todos

ficaram no Estado, nenhum foi exonerado, porque prevaleceu a boa-fé. Também o Judiciário entendeu que eles passaram por prova, por teste seletivo semelhante a concurso público, não deram prejuízo a um terceiro que também gostaria de ser servidor público do Estado do Paraná. Hoje são estatutários, vários já se aposentaram, outros estão em via de se aposentar, e foi pacificado isso com 40 mil servidores do Estado do Paraná que apelidamos, à época, de Fundão e depois tinha o chamado Fundinho... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir. Estamos aqui hoje, ao lado de vários colegas Deputados, pedindo o apoio para derrubar o Veto apostado a este Projeto, porque ele é importante e é de interesse público. Precisamos manter nos quadros do Estado e desta importante universidade que é a UENP esses colegas professores e professoras, técnicos e técnicas da UENP. Vossa Excelência pediu um aparte, Deputado? Não, não pediu. O Líder também não pediu? Então, está bom. Gostaríamos de reforçar o pedido para derrubarmos esse Veto, porque é de interesse público e é importante para a nossa Universidade do Norte Pioneiro, importante para o Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra, pela Liderança do PL, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados e Deputadas e quem nos acompanham pela *TV Assembleia* e demais mídias. No *Dia Internacional da Mulher*, dia 8, gostaria de ter usado meu tempo, mas infelizmente não foi possível. Então, a fala vai se juntar à fala de hoje. Na verdade, acho que tenho que fazer. Hoje é dia do desabafo aqui! Antes de entrar no tema principal, tivemos aí uma agressão cruel de torcedores do Athletico em cima de outro torcedor, acho que era do Coritiba. A filmagem é algo chocante de ver. Uma pessoa sendo espancada, espancada por outras pessoas, com pauladas, com chutes e com capacete. Onde vamos parar com isso? Quando será

que os Deputados Federais vão mudar o Código Penal e aumentar a punição da lei para esse tipo de delinquente? Deputado Hussein, você viu o vídeo? Foi chocante! Um rapaz de 26 anos não morreu porque Deus não quis! Agora, vão ser presos? Vão. Quanto tempo vão ficar presos? Pouco tempo. Tem que ter uma lei mais rígida para que um tipo de crime desses tenha no mínimo 10 anos de cadeia. Penso aqui: Se fosse meu filho, um sobrinho, um neto, como que iríamos agir? Como? O que deveria ser feito: pegar cada um desses delinquentes, levar para o mato, dar um pau nesses caras - com paulada, com chute -, para eles sentirem na pele exatamente o que o outro que foi agredido covardemente sentiu! Falei aqui que para mim delinquente, criminoso, independente de cor, Deputado Renato Freitas, brancos ou pretos, não importa, delinquente é delinquente. Imaginem se fossem quatro policiais...

Deputado Renato Freitas (PT): Gostaria de um aparte.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Um momentinho. Se fossem quatro policiais que pegassem um criminoso e espancassem? Estaria escancarado em todas as mídias, estariam os direitos humanos defendendo o criminoso que apanhou, teria Deputado desta Casa defendendo o coitado que apanhou. Ora, vagabundo tem que apanhar! Esses caras teriam que apanhar e muito. Pena que não podemos fazer isso. Espero que os pais desses delinquentes peguem seus filhos e *batam de pau* neles até eles aprenderem. Agora o tema principal meu, que eu ia falar a respeito... Depois, Renato. Desculpa, o tempo está um pouco curto. O que eu tinha que falar aqui e que está na garganta de muita gente é o seguinte: a defesa das tais minorias, a inclusão das tais minorias. Vamos lá! Dizem que no mundo 1,2% são pessoas trans, LGBTI+, não sei mais o quê, tem um monte de letras. Então, para incluir 1,2, estamos excluindo e desrespeitando 98,8. Será que está correto isso? Aprendi na minha casa, na educação que tive, que devemos respeitar todos da mesma maneira. Independente de qualquer coisa, respeito. Agora, o que está acontecendo é um abuso das minorias. São homens disputando esportes com mulheres, homens trans que se acham mulheres, mas são homens! Tem pulmão de homem, coração de homem, tamanho de homem, genitália de

homem! Ora, covardia disputar com mulher. Vimos aquela nadadora americana que a vida inteira treinou, aí vem esse tal aí de... Como é que se chama ele? O tal do William Thomas, que agora chama Lia Thomas, ganhando de todo mundo por uma grande margem. É óbvio que vai ganhar! Covardia. Tenham vergonha na cara! Vocês que são homens trans, façam uma modalidade para homens trans. Aí vai estar em igualdade. Não com mulher. Ora, e no vestiário? Vi a nadadora dando entrevista que se sentem mal no mesmo vestiário, um homem completo, com genitália de homem, junto com mulher. Onde já se viu? Isso é um desrespeito, uma falta de vergonha na cara. Tem modalidade de luta. Como que um homem vai lutar com uma mulher? É um massacre. Tem uma mulher que teve traumatismo craniano porque um homem trans foi lutar com ela. Temos que dar um basta nisso aí! As propagandas, teve aí do chocolate *Hershey's* e outras usando, no *Dia Internacional da Mulher*, um homem trans! Gente, isso é diminuir a mulher, é não respeitar a mulher! Homem trans não é mulher. Eles não podem dar de mamar, eles não menstruam, não podem ter filhos. Ora, ou estou enganado? Querem fazer o dia internacional? Façam o *Dia Internacional do Trans*. Qual o problema? Isso aí tem que acabar no nosso País. E não é só no Brasil, não, é no mundo inteiro. Lá no Canadá, um aluno em uma escola católica disse que para ele, na opinião dele só tem dois gêneros, macho e fêmea, e que ele não aceita homem trans em banheiro de mulher. Foi suspenso por um ano por falar o que ele acha. Então, a opinião é só de quem é trans? A minoria pode ter opinião, a maioria não pode ter opinião porque é crime. Tem que dar um basta. Tem um Projeto de Lei meu correndo nesta Casa para proibirmos no Paraná esse tal de banheiro neutro, que é uma vergonha. Banheiro tem para homem e para mulher; quem quiser agradar o trans, faz um banheiro para trans. O que não pode é ir a um banheiro feminino, onde está a filha, uma adolescente, uma jovem, uma idosa, uma mãe e entrar um marmanjo. Tudo bem, ele se sente uma mulher trans; mas ele tem genitália de homem. Não tem cabimento! Para agradar a minoria, vamos excluir a maioria? Ora, não tem cabimento. Temos que aprovar no Paraná o mais breve possível esse Projeto para dar um basta, para que no Paraná não tenha essas aberrações. Tem o Projeto aqui que proíbe essa maldita ideologia de

gênero em colégio. Isso é uma covardia contra os pais, contra as crianças, porque não tem cabimento uma professora pegar uma criança de seis anos de idade e chegar para ela: *Olha, você nasceu menininha, você pode mudar teu gênero para menino; se você nasceu menino, pode mudar para menina*. Isso é um absurdo. Deixem as nossas crianças em paz, viver a inocência delas; cuidem dos seus filhos. Quando a pessoa for maior de idade, ela escolhe o caminho dela. Não tenho preconceito com ninguém, zero preconceito, agora não podemos aceitar esse tipo de coisa, essa violação dos direitos das mulheres, dos direitos das crianças, dos adolescentes. Temos obrigação, como Parlamentar, de defender esta pauta, que não é brincadeira, é muito séria. Aos Deputados que acham que não é importante, daqui a pouco vai bater na sua porta também. Vamos pôr um basta nisso aí, gente. Homem trans, mulher trans, vocês têm todo o direito de seguir o seu caminho, mas não queiram invadir o caminho de quem não é. Ora, se vocês inventaram esse gênero, respeitem os gêneros que já tem, não queiram ocupar o lugar da mulher. Vocês nunca vão ocupar o lugar da mulher, de nenhuma maneira; podem fazer o que quiser, nunca serão uma mulher de verdade, como Deus colocou no mundo. Isso aqui é um desabafo. Esses dois desabafos eu tinha que fazer. Presidente, foi bom comigo, não tenho nem tempo aqui. Que maravilha! Posso falar no Grande Expediente aqui hoje? Sou correto no meu tempo. Para terminar, vou dizer mais uma aberração do Governo Lula ou, melhor, do *desgoverno Lula*. Esse Governo realmente é algo que jamais podíamos imaginar que seria tão ruim. Já voltou a ladroeira toda, troca de mala de dinheiro, conchavo, troca de cargos. Agora eles não querem de jeito nenhum a *CPI dos Atos do Dia 8*. Por que será que estão bancando milhões para não ter a CPI? Será que vão conseguir barrar e vão dar um *tapa na cara* de todos os brasileiros? Será que mais uma manipulação do PT junto com o STF vai ocorrer? Falei aqui e vou cumprir: Aqui no Paraná, vou dar o nome de cada Deputado Federal que não assinou a CPI, Senador também, e no meu vídeo vou pôr a imagem de cada um, para que a população do Paraná saiba quem traiu o povo paranaense, quem traiu o povo brasileiro. É inaceitável que isso ocorra e aqui vamos mostrar. Para finalizar, vou anunciar aqui um programa do Lula,... (É retirado o som.)

Deputado Alexandre Amaro (REP): Permite um aparte depois, Deputado Arruda?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ricardo, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... um programa que ele fez agora. Olha só, gente, que aberração. É um programa que vão investir 420 milhões para proteção e promoção da dignidade menstrual. A iniciativa é voltada para 8 milhões de pessoas que menstruam. Pasmem agora: Qual é o público? Heterossexuais, homens transgêneros, pessoas não binárias e pessoas intersexo. Gente, o Lula não imita a Dilma. Homem trans não menstrua. Pare de arrumar motivo para gastar o dinheiro público, invista no que é importante. Este desgoverno é uma vergonha, vergonha para o Brasil; e vamos falar aqui diariamente todos os absurdos deste Governo, que já foi o mais corrupto e com certeza vai bater a meta dele mesmo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Secretário do Departamento Jurídico de Santa Tereza do Oeste, Sr. Cesar Lazzarotto, do Secretário de Planejamento, Roberto Damiani, do Secretário de Finanças, Edivan Zen do Amaral, e do Chefe de Gabinete, Élvio Lapazini, por solicitação do Deputado Adão Litro; e do Vereador de Cascavel, Pedro Sampaio, por solicitação do Deputado Gugu Bueno. Sejam todos bem-vindos. Próximo orador...

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Deputado Amaro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): É que pedi um aparte ali para o Arruda e não consegui. Os nossos microfones ali detrás já estão chegando, Sr. Presidente. Só queria pedir um aparte para o Arruda para pedir ao senhor também

para pautarmos um Projeto que está lá no CCJ que estabelece o sexo biológico como único critério para função de gênero dos competidores em partidas de esportes aqui no Estado do Paraná. É o Projeto n.º 245/2019. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Doutor Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Minha saudação a todas e todos, à Mesa. Um breve relato. Esse final de semana estivemos em Ponta Grossa comemorando os 43 anos do Partido dos Trabalhadores. A acolhida foi maravilhosa. Estivemos em Guamiranga em um torneio de voleibol feminino e masculino e também fomos muito bem recebidos. Às vezes há críticas, que, dependendo de quem vem, são elogios para a trajetória política de alguém. Espantosamente, não imaginava que quando estivesse aqui nesta Casa ouviria tantos impropérios, tantos absurdos, tantos posicionamentos falaciosos, sem uma base mais adequada do ponto de vista do saber, do caminhar do ser humano. No dia a dia, às vezes me surpreendo. A pertinência do posicionamento da Deputada Mabel, a pertinência do posicionamento do Arilson Chiorato, nosso Presidente do PT, a pertinência do posicionamento do Ney Leprevost encontra um paradoxo na pertinência daquilo que foi exposto antes da minha fala. Não é possível que ainda tenhamos uma visão nazifascista tão clara com relação aos diferentes, com relação àqueles que estão à margem e que são vítimas de assassinatos os mais brutais. A média de idade dos trans é muito pequena. E, partindo de quem se autodenomina cristão, que diz que resolveria a pauladas, aquilo que é mais nefasto, que é uma agressão, e que é necessário que tenhamos esse posicionamento também de educadores, porque não falamos exclusivamente para nossa chacinha, para nossa igreja, para o nosso umbigo, falamos para o Paraná todo. O nosso posicionamento ecoa não só nas nossas redes, mas também ecoa nas mentes e nos corações do povo do Paraná e quiçá do Brasil como um todo. Violência não se combate dessa forma. Temos que condenar atitude violenta, aí me solidarizo até aqui quando se critica a violência, o abuso, o uso da força contra

alguém que está fragilizado. Mas dizemos que faríamos da mesma forma? Não! É preciso que estudemos como se trabalha na Noruega, na Dinamarca, na Suécia também, porque a questão educacional começa pelo posicionamento dos parlamentos, dos Parlamentares, que ensinam que não se usa a mesma moeda contra a força, porque senão essa sociedade se torna uma sociedade da vendeta, da vingança, da violência, que chega ao extremo, como disse, no nazifascismo, o uso da força contra aquele que está fragilizado. O estado tem que ser modelo para acolher todas e todos, o estado tem que tratar da mesma forma alguém que seja trans, assim como aquele que está agredido. Acolher os diferentes. Posso pensar diferente, distinto de qualquer um, mas tenho que acolher aquele que é diferente, porque senão a violência come solta. Não é esse o princípio do cristianismo. Então, volto-me aqui para uma parábola que julgo das mais importantes que existe no Novo Testamento, que é a *Parábola do Bom Samaritano*, que às vezes não recebemos a orientação adequada sobre ela. Queria aqui discorrer um pouquinho sobre ela, se o meu tempo permitir. Na *Parábola do Bom Samaritano* está alguém agredido, alguém violentado, alguém caído, alguém submetido pela força e esse alguém recebe em seguida a visita daqueles que frequentam os templos, gritam amém, gritam aleluia. Esse homem ferido, esse homem caído tem a presença de um sacerdote que o olha e segue para o seu templo, porque é preciso estar em oração, é preciso estar na presença do Senhor em oração, mas deixa o templo do Espírito Santo dobrado, caído, arrebatado, prestes a morrer. Em seguida, passa um levita que cuida dos costumes do templo, alguém privilegiado na estrutura do templo, e esse levita olha esse alguém caído e lembra que mais importante é estar em oração, embora aquele ali esteja necessitado, aquele esteja sangrando, aquele esteja em risco de morte. É preciso fechar os olhos e seguir em direção ao templo, porque Deus está lá no templo, Deus não está ali no caído. E, por último, companheiro Renato, vem alguém, um samaritano. O samaritano olha aquela pessoa caída e acolhe, acolhe e leva até uma estalagem, que é o correspondente a uma pensão, um hotel, um hostel, seja o que for, e diz: *Cuidem deste ser humano que está agredido*. Sabem quem era o samaritano? Muitos pregadores que vivem à custa do dízimo do seu povo não contam que a Samaria é a tribo dos

malditos, a tribo das prostitutas, dos ladrões, dos leprosos, na época os hansenianos. Jesus pergunta: *Quem está próximo do outro, o que diz que acredita no nosso Deus da vida ou o que faz o concreto, o que acolhe, o que cuida, o que se responsabiliza pela vida do outro?* E aproveito aqui para lhe prestar uma homenagem, companheiro Renato. Não foram poucas vezes que disse que a sua chegada aqui era um emblema da luta do nosso povo preto oprimido, sofrido, também muitas vezes arrebetado, dizimado na história do País. Você teve um posicionamento na semana passada, em alguns momentos até foi corrigido pelo Deputado Tito e por outros e o nosso Líder Requião sentou ao nosso lado: *Viu só, Renato, tem horas em que o calor, a dor nos fazem esquecer e generalizar.* Mas, vi nos seus olhos as dificuldades às vezes, até o temor, porque tem que se posicionar. O nosso grande líder Martin Luther King, grande pastor, um pastor de verdade dizia que o grito dos maus não o assustavam, mas o assustava o silêncio dos bons. E vi nos seus olhos naquele dia a sua coragem e sei que a maioria dos policiais são pais de família, são gente da luta, batalham, levam o pão para as suas casas, como o fazemos no nosso dia a dia, mas é preciso que denunciemos os aparelhos de estado quando eles não cumprem a sua função. Os aparelhos de estado têm que estar submetidos àquilo que a população necessita, e o seu posicionamento provocou a ira do Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Hudson Leôncio Teixeira, que ouvimos falar que quer lhe cassar o mandato. Não sei como conseguirá! Porque creio que aqui, com todas as diferenças que tenhamos, há as pessoas de boa vontade, que habitam o seio desta Casa para lutar pela maioria do nosso povo, o povo que está massacrado e você veio da dor naquele dia, procuraram o seu gabinete para falar do caso de um assassinato de um jovem. Entendi o seu posicionamento e creio que a maioria de nós compreendeu. E precisamos, sim, sem os exageros, condenarmos quando aquilo está errado, quando aquilo fere, fere a vida humana. Temos que ter coragem, companheiros; pensemos do jeito que pensarmos, mas temos que ter coragem na proteção da vida que está fragilizada na periferia. O teu lugar de fala, Renato, é muito grande. Nós muitas vezes falamos em tese: *Ah, o bandido bom é o bandido morto. Vamos lá na favela, vamos subir o morro, onde só tem*

vagabundo. Não é verdade. Não é verdade! Ali está o segmento mais fragilizado da sociedade, e quando falamos da sua etnia, lá em 1850, a Lei de Terras é estabelecida justamente porque os negros buscavam a sua liberdade e teriam acesso à terra, era só tomar posse. Modificam a lei e nós somos trazidos, os descendentes de europeus, para cá também. Para quê? Para que os nossos negros não tenham acesso à terra, porque saberiam produzir. Os negros americanos são libertos, são... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Antenor, um minuto para concluir.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Então, finalizo aqui apelando, e que todos os de boa vontade aqui estão. A ideologia, sim, é importante, constrói o nosso saber; a ideologia nos faz resistir de alguém que fala do Lula e esquece do Bolsonaro. Isso é ideologia pura na veia! Não há comparativo, um homem que compra 51 imóveis em dinheiro, em dinheiro! Quem compra em dinheiro 51 imóveis? Sim. Mas, a ideologia não é uma corrente presa em nossos tornozelos, temos que ter essa flexibilidade da compreensão da defesa da vida. Parabéns, Renato. Conte comigo. Parabéns aos de boa vontade que aqui estão nesta Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador...

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Amaro, por favor, *pela ordem*.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Esqueci-me de convidar o Doutor Antenor para a Bancada Evangélica, depois dessa linda pregação; mas, fica o convite. Se ele quiser entrar na Bancada, as portas estão abertas. Está bom? Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, a bancada está crescendo cada vez mais internamente, observo. Deputado Tito.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano, e estendo os meus cumprimentos ao Líder do Governo, meu amigo Hussein Bakri. Cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho, e cumprimento os demais colegas, nobres representantes do Legislativo e da sociedade paranaense. Utilizo hoje a palavra, Sr. Presidente, para três assuntos distintos. O primeiro deles diz respeito ao fato de eu ter participado de um debate na *Jovem Pan, RIC TV*, na última sexta-feira, como é cediço e de conhecimento de todos. Nesse debate, infelizmente, Sr. Presidente, novamente o Sr. Deputado Renato Freitas volta a ofender a nossa instituição Polícia Militar, volta a ofender a segurança pública e o faz, Sr. Renato, de forma irresponsável. O senhor traz um caso que denomina *Caso Alto da Glória*, em que, como o senhor menciona, cinco jovens inocentes foram mortos por 13 policiais. Palavras suas, entre aspas, *ipsis litteris* diz: *Para quem não lembra, eles foram uniformizados e armados dentro do Tribunal*. Primeira mentira. Eles não foram armados, porque tomei ciência, fui atrás e eles não entraram armados. Não é permitido que réus entrem armados, tampouco pessoas que vão assistir. Posteriormente, o senhor diz: *Intimidando testemunhas, o Juiz, o Promotor e principalmente o Tribunal do Júri*. O caso que o senhor desenterra, Sr. Renato Freitas, é do ano de 2017; mas, em 2017, Sr. Presidente, foi o julgamento. Ou seja, passaram-se quase seis anos e o Sr. Renato Freitas desenterra um caso em que os 13 policiais, Sr. Presidente, foram absolvidos pelo Plenário da Justiça, foram absolvidos pelos jurados; recorreram ao TJ e o TJ disse que eles eram inocentes; foi recorrido ao STJ e o STJ disse que eram inocentes, que não praticaram nenhum crime. E não é uma situação teratológica, Sr. Renato Freitas, como aconteceu com o Luís Inácio Lula da Silva, que foi condenado em primeiro grau, em segundo grau, no STJ e o Supremo Tribunal Federal descondenou o atual Presidente da República. Não! Por três instâncias eles foram considerados inocentes. E recebi uma ligação, Sr. Presidente, de um desses policiais da Rotam – Rondas Ostensivas Tático Móvel.

Na semana passada, vamos lembrar que o Sr. Renato Freitas criticou a Rone; agora, ele critica a Rotam. E esse policial, Deputado Alexandre Curi, disse-me que o filho dele perguntou para ele: *Pai, você é assassino? Você executa pessoas?* Porque, nas palavras do Sr. Renato Freitas, esse grupo de policiais executou jovens inocentes. Ora, vou entregar para vocês aqui daqui a pouco os antecedentes dos jovens inocentes – homicídio, roubo. São criminosos! E se não tivessem morrido em troca de tiros com a polícia, Sr. Renato Freitas, teriam matado dezenas de pessoas desde 2017 até aqui, teríamos famílias de verdade com vítimas inocentes, senhores, que teriam perdido a vida. Então, fica os meus parabéns, os meus parabéns à Rotam – Rondas Ostensivas Tático Móvel pela ação que redundou na morte desses criminosos. Não podemos faltar com a verdade, temos que compreender que os policiais que estão hoje nas ruas e que estão trabalhando são seres humanos, são seres humanos que têm família, são seres humanos que têm filhos e suas imagens, Sr. Presidente, não podem ser maculadas através de calúnia, através de injúria, através de difamação. Não consigo crer, Sr. Presidente, que a ideia da imunidade parlamentar prevista na Constituição Federal seja uma *carta branca* para que pessoas possam ofender outras, ofender instituições sem qualquer consequência. Acredito que a imunidade parlamentar diga respeito ao exercício do Parlamento, de ideias, de críticas, para proteger o Parlamentar que parla. Agora, não, jamais, em tempo algum para proteger a calúnia, a injúria e a difamação contra a nossa Polícia Militar e contra a Rotam, Sr. Líder do Governo. Então, não é possível que se levante, que se erija a imunidade nesses casos. As surpresas não param, Sr. Líder do Governo. Quando estava eu no final do debate na *Jovem Pan*, *RIC TV*, novamente o Sr. Renato Freitas *tira da cartola mais um coelho*, acusando o nosso Secretário da Segurança Pública de nepotismo, o que é um absurdo, é uma vergonha, sequer dando tempo para defesa. Se tivesse boa-fé, ele poderia requisitar essa informação antes, verificar a veracidade da informação, não frente a um programa que tem um índice de audiência altíssimo, macular a imagem de um homem probo, de um homem trabalhador, de um policial que doou a sua vida à história da segurança pública do Estado do Paraná, nosso Cel. Hudson. Então, duas situações distintas. Por último,

havendo tempo hábil ainda, Sr. Presidente, quero tratar da questão já mencionada pelo Deputado Arruda, da briga ocorrida no bairro Santa Cândida, aqui em Curitiba. Quando se verifica pelas imagens, e acredito que todos tenham tido acesso a essas imagens, um grupo de criminosos, não são torcedores, de criminosos, de bandidos travestidos de torcedores. Sou torcedor do Athletico, faço parte da torcida Fanáticos. A primeira coisa que fiz quando tomei ciência disso, liguei para o Presidente. Nenhuma daquelas pessoas está filiada à Fanáticos, nenhuma daquelas pessoas está vinculada ao Athletico Paranaense. Precisamos, aqui nesta Assembleia Legislativa, buscar meios de coibir essa violência, que é inaceitável. São criminosos, são bandidos. Explico para vocês, são denominados comandos que vêm dos bairros, que sequer entram nos estádios e simplesmente se dirigem aos estádios para brigar, na frente dos estádios ou em outros locais. Já propus um Projeto de Lei com uma multa pecuniária, Sr. Presidente da Assembleia, com o intento de punir esses malfeitores. Obviamente que não é uma solução única, obviamente que não é a solução que vai resolver os problemas, mas é uma multa pecuniária, uma multa administrativa de mais de R\$ 30 mil que, se já tivesse sido aprovada por esta Casa, estaríamos agora tentando identificar esses criminosos para inserir essa multa no CPF deles e a inscrição em dívida ativa. Então, é uma ideia, Sr. Líder do Governo, para coibirmos isso. O Projeto de Lei que já apresentei no passado e protocolei hoje um pedido de Audiência Pública, Sr. Líder do Governo, para que possamos discutir com o Athletico, que sei que o senhor é torcedor do Athletico Paranaense - aliás, tenho uma camisa para lhe entregar faz tempo, que está no meu gabinete, autografada. Vou lhe entregar, está lá na minha mesa faz alguns anos, faz alguns anos. Com a torcida do Athletico, com a torcida do Coritiba, com a torcida do Paraná aqui de Curitiba.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Deputado Tito, permita-me um aparte, por gentileza. Deputado Guerra.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Perfeito. Perfeito.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Queria lhe parabenizar pelo pronunciamento e me colocar à disposição. Acho que medidas como essas são salutares, porque esse massacre que aconteceu, independente daqueles marginais estarem com a camisa de um time de futebol, não vou nem questionar, o senhor está dizendo que tem uma relação com a torcida organizada, para mim são marginais fantasiados de torcedores. Para eles, o rigor da lei, como disse o Deputado Arruda anteriormente na sua fala da tribuna. Temos que ter a consciência de que a nossa responsabilidade, apesar de se tratar de uma matéria federal, mas nós aqui na Assembleia tomarmos as medidas necessárias.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Perfeito.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Afinal de contas, independente de cores de time de futebol, para mim não passam de marginais fantasiados, mascarados de torcedores. Temos que cumprir o rigor da lei e fazer com que as pessoas paguem pelos seus crimes. Isso não pode passar impune, estarreceu a sociedade paranaense. Acredito que quem vê aqueles vídeos e a situação do rapaz, que nem sei se é torcedor do meu clube, do Coritiba, ou não, mas pouco interessa, como falei, não pode de maneira alguma acontecer. Conte comigo nesta situação.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Perfeito. Concordo com o senhor. Temos a compreensão de que não temos a competência para legislar sobre Direito Penal, art. 22, I, da Constituição Federal, no entanto temos muitas competências que podem ir de choque, de encontro a essa situação. Fica, então, o meu pedido a V.Ex.^{as} que participem da Audiência Pública. Já falei com os times do Paraná que sejam intimados para tal, time do Paraná, time do Coritiba, time do Athletico, aqui da Capital principalmente, até para não maximizarmos demais essa Audiência, com a torcida Fúria, com a torcida Fanáticos e com a torcida Império para que busquemos uma solução contra esses bandidos,... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Delegado Tito, para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): ... para buscarmos punições para esses bandidos travestidos de torcedores, que denigrem não só a imagem dos clubes, mas de toda a sociedade curitibana e paranaense, porque essa imagem transcende o Paraná, Sr. Presidente, e com certeza está sendo assistida pela população de todo o Brasil, o que é uma vergonha para todos nós. Vamos juntos buscar a solução.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Delegado Tito, só uma palavrinha. Esses marginais que agrediram, já que o rigor da lei, tem Deputado que defende que não, que encaminhe esses marginais para a casa do bom samaritano Deputado Antenor, para ele tratar deles com carinho.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Perfeito. Antes que termine o meu tempo, como o Deputado Renato Freitas afirmou que já foi até ameaçado e perseguido nesta Casa, vou lhe entregar o meu cartão, Sr. Renato Freitas, com o meu telefone e, qualquer ameaça que o senhor sofra, ligue-me, de manhã, de tarde ou de noite, que vou atrás desse malfeitor, até porque temos câmaras de segurança aqui. E se o senhor se sentir ameaçado no seu gabinete,... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): ... sou seu vizinho, o senhor pode ir ao gabinete armamentista, que fica do seu lado, que vou protegê-lo e vou prender, Sr. Presidente, aquele que estiver perseguindo o ingênuo, perseguido e simples Deputado Renato Freitas. Vou entregar o cartão e vou entregar a V.Ex.^a também os antecedentes dos criminosos que foram mortos pela Rotam há seis anos, em 2017, bandidos com homicídio e com roubo. Parabéns à Rotam – Rondas Ostensivas Táticas Móveis. Parabéns, ao Cel. Hudson.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Nova Aurora, o Pecinha, e do Secretário de Administração,

Sr. Clovis, por solicitação dos Deputados Batatinha e Professor Lemos. Da mesma forma, do Vereador de Prudentópolis, Éder Marlon, por solicitação do Deputado Tiago Amaral. Sejam todos bem-vindos. Próximo orador, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Boa tarde, Ex.^{mo} Presidente Ademar Traiano, nossa 2.^a Secretária Maria Victoria, nosso 1.^o Secretário - que não estou enxergando - Alexandre Curi, Deputados e Deputadas. Nesta tarde, com a fala já do nosso querido Deputado Soldado Adriano, nosso querido amigo Deputado Cobra, tivemos um final de semana trágico na cidade de Jandaia do Sul, onde aconteceu um acidente com um ônibus, que envolveu novamente os trens, as linhas férreas, e mais de 30 pessoas dentro desse ônibus, todas oriundas da Apae de Jandaia do Sul. Infelizmente, tivemos o óbito de três pessoas e muitas outras internadas ainda em estado grave. Perdemos dois alunos. Antes de ontem a Izabel, que era a cozinheira da Apae, acabou perdendo a sua vida também. Então, isso nos deixa muito tristes. Como disse muito bem, ficamos muito felizes que o Presidente Traiano tenha colocado já esse Projeto de Lei do Deputado Cobra para que possa andar com rapidez, e possamos fazer um trabalho. Peço a união de todos os Deputados para que realmente todas as passagens de trem ou tenham cancela ou tenham pessoas que deem os alertas, porque em Arapongas mesmo, a minha cidade, temos 12 passagens. Doze passagens. Como disse bem o nosso Deputado Cobra, é uma das que mais acontecem acidentes, diretamente os acidentes vêm acontecendo e nesse final de semana, infelizmente, levou a vida de anjos - porque digo que os alunos das Apaes são anjos. Então, ficamos muito tristes. Também, com muito pesar, tivemos ontem o falecimento do nosso Dr. Clay Brites. O Dr. Clay era um grande médico, um grande neuropediatra. Conversava agora há pouco com a Deputada Flávia Francischini, que tem um filho com autismo, e ela falava da importância do Dr. Clay. O Dr. Clay esteve conosco na Apae de Arapongas por 18 anos, um amigo querido. Quantas e quantas crianças, Deputada Flávia, passaram pelas mãos do Dr. Clay, que também veio perder a vida com 49 anos, vítima de um enfarto fulminante. Perdemos um grande médico, um grande homem, que tenho certeza de que vai fazer muita falta, muita falta, principalmente para nós que já estamos na causa da pessoa com deficiência - já

estou há quase 20 anos envolvido nessa causa, principalmente agora que estamos trabalhando forte. O autismo está em alta no nosso País e precisamos de muitos profissionais para ajudar esses pais a cuidar melhor desses filhos, desses anjos que foram colocados nas vidas. Deputada Flávia, é um anjo colocado na sua vida...

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Bazana, peço um aparte.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Com certeza.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Bazana, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento acerca do triste episódio de Jandaia. Dizer que também aqui quero manifestar minhas condolências, minha homenagem às famílias enlutadas. É profundamente triste o que aconteceu ali em Jandaia, e esse assunto comoveu o Estado, o Brasil. Estava em São Paulo para um evento no final de semana e vi esse assunto repercutir em São Paulo também, dada a gravidade. Temos alunos ali que foram vítimas de uma impudência, é preciso relatar isso. Agora, por outro lado, temos esses desafios, sim, de proteger esses cruzamentos, de dar mais segurança aos usuários paranaenses, às pessoas que transitam por esses lugares. E, olha bem, um ônibus escolar, ainda com alunos da Apae, foi vítima de uma situação como essa. Então, assim, tem alguns Projetos de Lei que vão tramitar. Temos uma lei que eu sou um dos coautores, que exige que nas novas concessões que envolvam o nosso Estado e que cruzem aí regiões, municípios e regiões metropolitanas, que cruzem as cidades, que novas concessões possam fazer esse desvio, já ter no seu planejamento de projeto de modelagem, de custo os desvios dessas áreas urbanas. Então, assim, são várias iniciativas que temos que começar a cobrar e causar alguns entraves para que episódios como esse não ocorram mais. Então, aqui parabenizá-lo por trazer este assunto. Sei que outros Deputados também devem ter trazido já, mas parabenizá-lo e dizer que, sim, temos que tomar medidas urgentes nesses cruzamentos, e as leis que já estão aprovadas e que versam sobre esses assuntos também têm que ser obviamente cumpridas. Então, meus cumprimentos a V.Ex.^a.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Obrigado, Deputado Evandro. Ficamos muito felizes com essa participação e tenho certeza de que, com a união de todos os Deputados, vamos conseguir melhorar isso. Infelizmente, só aprendemos com os acontecimentos. E, através do meu gabinete, através da Federação das Apaes do Paraná, vamos estar emitindo um comunicado a todas as Apaes e a todas as instituições, para que verifiquem todas as CNHs dos motoristas que transportam as nossas crianças com deficiência, seja ônibus, seja kombi, seja van, e os próprios funcionários que utilizam carros também das entidades, para que sejam conferidas todas as carteiras de habilitação, porque se verificou também que a carteira de habilitação do motorista estava vencida, e tudo isso vai agravando outros sérios problemas. Então, estamos trabalhando para que todas sejam notificadas. E a atenção é muito grande, porque são vidas que estão sendo transportadas. Não quero aqui entrar no mérito de culpa ou não, mas a atenção toda é muito importante, e essa questão das cancelas é muito importante. Então, Sr.^s Deputados, vamos trabalhar firme para que realmente não venhamos mais sofrer com essas fatalidades. E vimos também ontem essa banalidade desses que se dizem torcedores, na verdade são bandidos travestidos de torcedores, que acabam covardemente ou tirando a vida ou levando para os hospitais em uma fatalidade como essa. Não se pode jamais culpar a torcida, neste caso do Athletico Paranaense, porque o torcedor de fato vai para torcer, mas infelizmente temos sido vítimas, porque vemos isso por todo o Brasil - os torcedores bandidos que acabam indo ao campo apenas para poder fazer esse tipo de banalidade. Isso não pode acontecer de forma alguma. Como disse bem aqui o Deputado Ricardo Arruda quando diz que as legislações precisam ser mudadas; quando punirmos fortemente, com certeza vão pensar duas vezes antes de fazer isso, e não vamos ver o que vimos nesse final de semana. Mais uma, acontece em diversos lugares, não é só no Paraná, é no Brasil inteiro, em São Paulo também, as torcidas dos grandes times acabam usando isso. Porque é tão gostoso você poder ir para o estádio e poder torcer, levar a família, levar o seu filho e poder sair do estádio com tranquilidade, indiferente da camisa que está vestindo. Ninguém pode ser vítima de espancamento porque está com a camisa do time adversário, isso é ridículo e

precisa acabar. E, dentre todos esses acontecimentos tristes, quero ressaltar a importância e parabenizar o Prefeito de Arapongas, o Prefeito Sérgio Onofre. O Prefeito Sérgio Onofre, ontem, inaugurou uma casa para acolher a mulher que é vítima de agressão, que às vezes é agredida dentro de casa, sai de casa e não pode retornar porque senão acaba sendo agredida novamente. Hoje inaugurou uma casa que vai dar proteção à mulher vítima de agressão. Então, quero parabenizar aqui o Prefeito de Arapongas, Sérgio Onofre, por essa iniciativa fantástica. E também quero parabenizar o Prefeito Sérgio Onofre pela iniciativa de proporcionar cursos de libras aos comerciantes e comerciários de Arapongas, para que estejam preparados para atender a pessoa surda, porque muitas vezes o surdo chega dentro do comércio e não consegue ser atendido porque não tem ninguém ali que conheça pelo menos um pouquinho da língua dos nossos surdos, e Arapongas está se preparando para isso. Então, mais uma vez, parabéns ao Prefeito Sérgio Onofre por mais essa iniciativa, duas iniciativas muito importantes que vão ajudar muito a cidade de Arapongas e vão abrir aí um espaço maior para que os Prefeitos das demais cidades do Paraná também possam fazer esse trabalho e possam ajudar as pessoas que precisam. Muito obrigado, Presidente. Era só isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente e demais colegas, quero desejar uma semana abençoada a todos e todas. Quero saudar aqui de forma especial a Deputada Maria Victoria, um Projeto importante que está sendo discutido hoje, que é prioridade para casos de doenças raras. Dizer a V.Ex.^a que, em conjunto com o Governo, construímos um substitutivo com V.Ex.^a e com o Deputado Fabio e quero parabenizá-los por essa iniciativa, sempre no sentido de que o Projeto prospere. Parabéns. Deputado Lemos, tenho um apreço por V.Ex.^a, militamos na Comissão de Educação juntos. Preciso que V.Ex.^a intervenha em função de uma informação que recebi agora há pouco, que está prestes a acontecer uma paralisação na Universidade de Londrina. Por que falo para

V.Ex.^a? Porque recebi o FES, autorizado pelo Governo, junto com o Dr. Luciano, e ao receber o FES demos uma data de devolutiva para aquilo que foi tratado conosco. Portanto, quem dá data, quem acerta data, não é passível de paralisação. Então, respeito muito as iniciativas do Fórum, mas não concordo. Se isso vier a ocorrer, por parte do Governo vai ficar muito difícil qualquer tratativa, diria que até encerra qualquer negociação, porque quem quer conversar não paralisa. Estou errado ou não? Então, tem todo o direito de paralisar, faz parte do contexto, faz parte do Fórum das Entidades, agora também faz parte do Governo não negociar com quem está paralisando. Nós queremos conversar, sim, queremos; o Governo Ratinho Júnior marcou data inclusive para dar uma devolutiva daquilo que foi trazido, que é o final do mês e início de abril. Confio muito no bom senso do FES, estou vendo por parte do FES uma vontade enorme de avançar, de conversar, mas quero deixar muito claro desta tribuna que não vai ser possível avançar desta forma. Senhor Presidente, também quero aqui dizer que estou muito contente com essa iniciativa do Governo Federal de colocar 439 milhões nas nossas rodovias. Tem que parabenizar. O que for para criticar, vamos criticar; o que tem que parabenizar, tem que parabenizar. É muito importante esse recurso. Espero que continue vindo, porque realmente é um recurso emergencial, é bom, mas temos sérios problemas no Paraná. Vou contar só dois para vocês: 476, União da Vitória; 153, Trevo do Horizonte. Cerca de 12 mil veículos por dia ali transitam. É uma loucura a situação que está aquela rodovia. Vocês querem ver o trevo mais mal feito que tem no Brasil ou no mundo? Vão até Paulo Frontin. Quero convidar V.Ex.^{as} a irem até Paulo Frontin. O Deputado Requião está sorrindo porque passou por lá. Toda semana uma carreta emperra, porque tem uma mureta bem no meio. Ninguém entende. Ninguém entendeu até hoje aquele trevo que foi feito alguns anos atrás. Ninguém entendeu. Então, fico muito contente, Deputado Arilson, com esses recursos que estão vindo. Estou agradecendo aqui o Governo Federal. Espero que venha mais, porque o Paraná realmente precisa, e temos que saber elogiar as coisas boas. Então, é muito importante e quero agradecer. Meus amigos, meus colegas, ser Líder do Governo não é uma tarefa muito fácil, ser Líder do Governo e Presidente da Comissão de Educação também

não é fácil, mas ser Líder, Presidente da Comissão de Educação e membro da CCJ é muito trabalho, tem que gostar do que faz. Gosto do que faço e nem sempre acerto. Não acerto. Às vezes estou meio emburradinho, mas melhorei muito isso. Estou mais calmo, estou conversando mais. É meu estilo. Estou tentando construir, Sr. Presidente. Quero me reportar a cinco Vetos que temos hoje. Cinco. Passei a manhã na Casa Civil hoje conversando. Temos o Veto da UENP, que concordo plenamente com o que foi colocado aqui por unanimidade dos Deputados. Uma tese defendida por vários Deputados, mas, diga-se de passagem, o primeiro Deputado que me procurou foi o Deputado Luiz Claudio Romanelli. E vai ser construída realmente uma solução. Acho importante, justo. Inclusive, nesse aspecto, a bancada será liberada. Mas tenho mais alguns Vetos que quero me reportar a vocês. Um deles trata da questão dos podólogos, também do Deputado Romanelli. Houve uma compreensão por parte dele. Existe um entendimento por parte do Governo Federal, que é uma iniciativa federal. Aí temos um Veto que se reporta ao Deputado Arilson, um Projeto dele que trata do transporte de gestantes, de passagens gratuitas. O Governo entende que isso vai ter um custo, alguém vai pagar isso e que não é possível, em um primeiro momento, este Projeto. Mas, quero me dirigir agora a todos que fazem parte, principalmente da Bancada Feminina, que está aqui. Prestem atenção no que vou falar. Existe um entendimento no Governo da criação de uma comissão, com a participação da Bancada Feminina inclusive, para tentar chegar a um entendimento, buscar alguma solução técnica e jurídica. O Governo se interessou neste Projeto e acha importante. Portanto, quero tranquilizar as Sr.^{as} Deputadas de que vai avançar. Não tem nada contra, Deputado, porque é de V.Ex.^a ou não. Existe um entendimento jurídico de que, como está o Projeto, não é possível avançar. Em relação ao outro Projeto de V.Ex.^a, Deputado Arilson... Não é vício de assinatura, não se preocupe! Vossa Excelência brincou comigo na CCJ hoje que era vício de assinatura. Não tem. Se assim fosse, o Deputado Romanelli, que faz parte da base e do PSD, não teria vetado um Projeto seu, não é? Esse outro Projeto do Deputado Arilson dispõe sobre a questão de não fazer mais pela média a medição da água e da luz. O Secretário Ortega disse: *É bom este Projeto, só*

temos alguns entraves jurídicos que temos que superar. Deputado, o Governo vai, sim... Olhe para mim aqui, que estou falando com o senhor. O Governo vai construir um Projeto nesse sentido, vai mandar para cá e V.Ex.^a pode cobrar de mim. Pode cobrar de mim depois. Tive essa conversa hoje com o Secretário Ortega, o Deputado Gugu Bueno estava junto; existe esse desejo do Governo de fazer um Projeto de resolver essa questão. Só o Governo entende que da maneira que está posto não é possível. E aí quero encaminhar. Vou encaminhar, vou pedir a compreensão dos colegas Deputados para que, quando formos manter o Veto, o voto é "*sim*"; e, quando formos derrubar o Veto, o voto é "*não*". Não estou querendo dar aula a ninguém, porque no começo do mandato, não é, Traiano, bati-me muito com isto. E certamente, durante a minha orientação, vocês terão todos os resultados. Mas, assim, só quero ressaltar, para finalizar, Deputados, sempre quero valorizar o Legislativo, nem sempre posso. Sempre tento, vou até o fim, luto. Essa situação que decorreu ao final da reunião na Casa Civil é para que possamos construir soluções. Essa questão da passagem é um bom Projeto, mas tem que ter o custo, de onde vai tirar, senão a passagem vai subir por um todo. Então, é esse o meu objetivo que está aqui. Quero agradecer a vocês. Desejar uma ótima semana e contem comigo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Último orador, pela Liderança da Oposição, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente e caros Deputados, uma ótima semana a todos. Senhor Presidente, já conversei com o senhor no particular sobre o que achei um erro do nosso Cerimonial, então vou deixar essa parte para as meninas. Depois o senhor conversa com elas e corrige esse erro. Digo em inúmeras entrevistas que dou que quando o Governo acertar vou bater palmas, e quando o Governo errar vou puxar a orelha. Isso serve tanto para o Governo Federal quanto para o Governo Estadual. Hoje, segunda-feira, uma decisão do Governador Ratinho do ano passado, aprovada nesta Casa pelos Deputados então que faziam parte da sua base, traz a todos os paranaenses o aumento do ICMS em medicamentos, em vestuários, em bebidas alcoólicas e não alcoólicas,

em diversos itens que você pode comprar no supermercado. Isso significa que o Paraná passa a ter a base de ICMS mais alta do Brasil. Mais impostos, menos empregos. Junto do aumento de ICMS temos aqui no Paraná, continuamente, aumentos sistemáticos nas tarifas de energia e água. *Ah, mas o aumento no ICMS é para compensar.* Compensar, Senhores, na economia que temos hoje? Expliquem para as indústrias que irão embora do Paraná por que temos o ICMS mais caro do Brasil, uma das energias mais caras do Brasil, uma das águas mais caras do Brasil e, ao que tudo indica, porque já não tenho mais tantas esperanças, um dos pedágios mais caros do Brasil pelos próximos 35 anos, se nada for feito pelo Governo Federal! Não tem indústria que fique no nosso Estado gerando empregos, não tem agronegócio vendendo em dólar que fique competitivo quando os acessos aos nossos portos estão impedidos. E não é por falta de pedágio, é por falta de manutenção. E, uma vez acontecida a tragédia, agora é por descaso, descuido ou alguma outra palavra que não caberia aqui sem quebrar o decoro desta Casa. Porque estamos em época de safra e os nossos principais acessos para escoar a safra estão caindo pelas beiradas. Como explicar para o agro que o acesso ao Porto de Paranaguá é inexistente? Como explicar que o acesso ao Porto de Itajaí é inexistente? Tanto erra aqui o Governo Federal quanto o Governo Estadual, uma vez que essas estradas não estão arrumadas de maneira emergencial e a contento. São importantes R\$ 439 milhões do Governo Federal, um alento, mas para ficar pronto quando? Depois da safra? O prejuízo para o Estado será enorme. E as estradas por conta do Governo Estadual, abandonadas, sem manutenção por mais de um ano? Como explicar que o custo de logística do nosso Estado será um dos mais caros do Brasil? Então, erra o Governo Estadual nesse ponto e peca o Governo Federal. Temos batalhões de logísticas do BPLog no Exército pelo Brasil inteiro com capacidade de vir resolver de maneira emergencial isso. Por que não está aqui o braço forte do Exército, com os seus soldados, com os seus oficiais, com o seu equipamento, dando um alento para o Paraná e a nossa produção? Por que subirmos impostos em anos pós-pandêmicos, aumentando a inflação no Estado do Paraná e prejudicando o povo paranaense em um momento tão sensível da economia? E aumento de impostos

também podemos puxar a orelha do Governo Federal, quando aumentam impostos sobre combustíveis e não se discute o ponto nevrálgico, que é a paridade de preços internacionais do petróleo por parte da Petrobras. Criticam o Governador Ratinho por defender acionistas da Copel e da Sanepar sem se preocupar com o custo social dessas empresas. Podemos fazer o mesmo e dizer ao Governo Federal: E o lado social, desenvolvimentista, para ser usado como engrenagem de desenvolvimento do nosso País, da nossa Petrobras, não vamos discutir o preço da paridade internacional? Combustível barato é comida barata, é frete barato, é diminuição da nossa inflação. Aumento de impostos neste momento não é aceitável nem pelo Governo do Estado, muito menos pelo Governo Federal. Temos que lutar por mais empregos e menos impostos. Menos impostos e mais empregos deveriam ser a bandeira de qualquer parlamento, qualquer Estado, qualquer Governo em um país em desenvolvimento, em um país de terceiro mundo como é o nosso. Temos muito trabalho pela frente, temos muito que corrigir, temos muito que estreitar no Brasil que esteve torto nos últimos anos. As joias da Primeira-Dama e do Presidente são, sim, um escândalo, mas o PPI é um escândalo maior. A invasão do Congresso em uma tentativa de golpe frustrado é, sim, um absurdo, mas o sequestro do Planalto pelo Centrão é um escândalo maior. Temos que discutir o nosso Paraná. As viagens do Governador pouco me interessam, quando aumentamos o ICMS, quando queremos vender uma Copel e privatizar uma Sanepar, empresas que deveriam ser usadas para girar cada vez mais rápido e mais forte a engrenagem da economia paranaense. Vamos nos ater no macro aqui na nossa discussão, vamos nos ater em assuntos que mudam a vida do paranaense no dia a dia. Esses são os assuntos que precisam de atenção por parte da Bancada de Oposição, e vamos nos ater a esses assuntos, demonstrando os erros e quais caminhos achamos ser os caminhos corretos para um Paraná mais justo e um Paraná de todos. E nós da Oposição votamos contra o aumento de ICMS no ano passado; estamos denunciando que este aumento de ICMS colocado agora só vem a prejudicar o povo do Paraná. E nós da Oposição somos contra qualquer modelo de pedágio que não seja um pedágio por preço justo e garantias de obras reais. Não é porque está na Bolsa de Valores que será

melhor, porque se a Bolsa de Valores fosse tão imaculada, as Americanas não tinham dado um tombo de 60 bilhões em acionistas, em sócios, em bancos e em tantos outros brasileiros que acreditaram naquela empresa. Vamos juntos, juntos com a Oposição buscar um Paraná mais justo para todos. Deputado Arilson.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Deputado Requião Filho, um leilão na Bolsa de Valores recentemente, no que diz referente ao PAR50 do Porto de Paranaguá, deu apenas um concorrente e ele deu o lance mínimo de um milhão na Bolsa de Valores, sinônimo do que V.Ex.^a acaba de colocar.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Se fosse uma licitação, seria deserta; se fosse uma licitação assinada pelo Governador, estaria enfrentando o Ministério Público por possível improbidade; mas, como foi um leilão na Bolsa de Valores, perdemos nós e perde o Porto. Era isso, Sr. Presidente. Era isso, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Deputado Federal Felipe Barros. Seja bem-vindo à nossa Assembleia. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD),

Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (52 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Marcel Micheletto (PL), conforme art. 97 Inc II e IV do § 3º do Regimento Interno; e Marcio Pacheco (REP), conforme art. 97 Inc. VI do § 3º do Regimento Interno (2 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 108/2023, do Deputado Gugu Bueno, que estabelece a obrigatoriedade de as concessionárias de água e energia elétrica propiciarem a regularização de débitos no momento que antecede à suspensão do fornecimento de serviços e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 109/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, que estabelece normas gerais para eficiência de futuros concursos públicos; **Autuado sob o n.º 110/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, que estabelece a obrigatoriedade de se implantar faixas elevadas de pedestres em frente aos estabelecimentos de ensino no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 111/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, que institui no Estado do Paraná o Dia do Secretário de Segurança Pública, a ser comemorado no dia 21 de fevereiro; **Autuado sob o n.º 112/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, que proíbe em todo o Estado do Paraná a exploração de jogos conhecidos como caça-níqueis; **Autuado sob o n.º 113/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios disponibilizarem certidões de óbito, nascimento e casamento em escrita braile; **Autuado sob o n.º 114/2023**, dos Deputados Delegado Jacovós, Alexandre Curi, Maria Victória e Ademar Traiano, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de cancelas nas passagens de nível no Estado do Paraná; **Autuado**

sob o n.º 115/2023, dos Deputados Soldado Adriano José, Maria Victória, Cloara Pinheiro, Tiago Amaral, Flávia Francischini, Ney Leprevost, Luiz Claudio Romanelli, Gilson de Souza, Batatinha, Professor Lemos e Cantora Mara Lima, que dispõe sobre a instalação de cancelas em todas as passagens de trem no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 116/2023**, da Deputada Márcia Huçulak, que dispõe sobre a prática da tele-saúde no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 117/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Semana de Conscientização e prevenção sobre os males causados pelo uso intenso de celulares, tablets e computadores por bebês e crianças; **Autuado sob o n.º 118/2023**, do Deputado Adão Litro, que concede o título de utilidade pública à Associação Capanema Futsal – Acaf, com sede no município de Capanema; **Autuado sob o n.º 119/2023**, dos Deputados Maria Victória, Alexandre Curi e Anibelli Neto, que dispõe sobre a classificação do tabaco nas propriedades dos agricultores produtores no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 120/2023**, do Deputado Matheus Vermelho, que institui o Dia Estadual de Conscientização, prevenção e combate à retinopatia diabética, a ser realizada anualmente no dia 14 de novembro; **Autuado sob o n.º 121/2023**, do Deputado Matheus Vermelho, que dispõe sobre a capacitação de retinopatia diabética aos profissionais médicos da atenção básica e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 122/2023**, das Deputadas Mabel Canto, Cristina Silvestri, Cloara Pinheiro, Flávia Francischini, Márcia Huçulak, Luciana Rafagnin, Cantora Mara Lima e Ana Júlia, que dispõe sobre a reserva de assentos exclusivos para mulheres no transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros; **Autuado sob o n.º 123/2023**, do Deputado Professor Lemos, que dispõe sobre o direito das mulheres surdas vítimas de violência ao atendimento especializado com profissional proficiente em libras.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Duas Redações Finais. Votação simbólica...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela Ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela Ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, há um acordo aqui entre a Liderança do Governo e da Oposição – se o senhor aceitar, porque V.Ex.^a que tem a palavra final –, inversão da pauta com os Vetos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Devidamente autorizado, Sr.^s Deputados.

ITEM 9 – Discussão Única Veto Parcial n.º 1/2023, ao Projeto de Lei n.º 462/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 88/2022, que acrescenta a função de Biomédico ao cargo de promotor de saúde profissional, da carreira de promotor de saúde, no quadro próprio dos servidores da secretaria de estado da saúde — QPSS, instituído pela Lei n.º 18.136, de 3 de julho de 2014. Com relatório da CCJ considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vossa Excelência pulou o 8. Fica pra depois?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao 9 e depois voltamos ao 8. Em discussão o Veto.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, quero dizer o seguinte, primeiro quero agradecer publicamente a sensibilidade do Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, que desde o início compreendeu a importância deste Projeto de Lei que foi apresentado por mim e pelo Deputado Evandro Araújo, que está aqui ao meu lado, como uma forma de garantir a isonomia a profissionais da área da educação que já há muito tempo, por integrar uma fundação municipal, no processo de estadualização do campus da FFALM para a Universidade Estadual do Norte do Paraná...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, V.Ex.^a está encaminhando o Veto...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É o Veto, Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não é o errado? Estamos em outro Veto.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Qual Veto, Excelência? O senhor falou que era o número nove.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Estamos falando do Veto n.º 9.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É esse Veto, Ex.^a.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não. Acrescenta a função de biomédico?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Sim, senhor. É esse mesmo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ah, então V.Ex.^a pode continuar o encaminhamento.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Agradeço, Ex.^a. O fato concreto é o seguinte, estamos aqui em busca da construção de uma isonomia, considerando que há uma... A cessão funcional, quando foi feita, ou seja, todo o processo de estadualização da FFALM foi feita entre o Ministério Público, a UENP, o Estado, através da PGE, e o município de Bandeirantes, e é necessário que o marco temporal seja a idade e a idade de aposentadoria desses servidores para cessão funcional, como previsto na lei que regulamentou o início do processo de estadualização. Então, Ex.^a, o que pedimos e construímos aqui foi uma solução legislativa para manter que professores e professoras doutores possam continuar em atividade regular dentro da Universidade Estadual do Norte do Paraná, enquanto vigor o seu período produtivo do ponto de vista legal, que é quando fizerem a aquisição do direito à aposentadoria e o atingimento da idade prevista na legislação em vigor. Então, nesse sentido construímos desde o início um debate muito bem fundamentado com a Casa Civil da Governadoria para que pudéssemos ter essa solução legislativa e, ao mesmo tempo, agora também construímos com o Líder do Governo e com a Casa Civil um diálogo que faz com que efetivamente possamos, hoje, aqui, a todos os Deputados, sendo da base ou não, poderem votar pela derrubada do Veto, não significando sob nenhuma hipótese a queda desse Veto como uma derrota em relação ao Governo. Muito pelo contrário, isso aqui foi construído a partir do diálogo, diálogo a favor da educação, e aqui quero mais uma vez agradecer a sensibilidade do Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, e também do Vice-Líder Gugu Bueno, mas o Hussein se empenhou pessoalmente para que pudéssemos encontrar uma solução. Então, peço a todas as Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares o voto “*não*”, para que o Veto possa ser efetivamente derrubado. Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Evandro, para encaminhar.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, na mesma esteira colocada aqui pelo Deputado Romanelli, também peço o voto “*não*” ao Veto justamente porque tivemos na fundação da UENP os currículos desses professores que estão sendo também alcançados por essa medida legislativa, na época utilizados para a fundação da própria universidade. Então, Sr. Presidente, estamos falando de alguns agentes universitários e também professores que serão alcançados por esta medida que esta Casa hoje toma, mérito desta Casa, mérito do Líder do Governo, enfim, do Líder da Oposição, de todos os Deputados desta Casa que também entendem, a importância da CCJ também, que avançou, a importância de nós também tomarmos esta medida. Então, o voto é “*não*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, então vamos à votação do Veto. Deputados favoráveis à manutenção do Veto votam com a expressão “*sim*”, os contrários à manutenção do Veto votam com a expressão “*não*”. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero agradecer ao Vice-Líder Gugu, Vice-Líder Artagão pela condução. A bancada está liberada, mas o meu voto como Deputado é “*não*”. Portanto, ao votar “*não*”, estou votando pela derrubada do Veto. É isso?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Exatamente isso.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, só um esclarecimento, porque continua aparecendo para nós aqui o Item 9 como biomédico.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Exatamente isso, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Ah, perfeito.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição, no Item 9, pede a derrubada do Veto, garantindo o funcionamento da instituição.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Estamos inclusive cumprindo um compromisso que assumimos com as professoras que estiveram conosco e estão aqui prestigiando a Sessão. (Aplausos.)

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A bancada PT/PDT vota “não”. Vamos derrubar o Veto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendente os votos dos Deputados Anibelli Neto, Tito Barichello, Fabio Oliveira, Luís Corti e Márcia Huçulak. Votação encerrada: **[Votaram Não:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (49 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Del. Jacovós, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak e Marcio Pacheco (5 Deputados).*]
Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está rejeitado o Veto Parcial n.º 1/2023, ao Projeto de Lei n.º 462/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário da Deputada Márcia Huçulak.)**

ITEM 8 – Discussão Única do Veto Total n.º 13/2022, ao Projeto de Lei n.º 523/2020, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre o

exercício da atividade de Podologia no Estado do Paraná e adota outras providências. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Veto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Construído, voto “*sim*”, pela manutenção do Veto.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Bancada de Oposição está liberada, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputados favoráveis à manutenção do Veto votam com a expressão “*sim*”, os contrários com a expressão “*não*”. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito aos Deputados da Base, o voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendente os votos dos Deputados Ana Júlia, Cristina Silvestri, Deputado Romanelli, Márcia Huçulak, Renato Freitas e Soldado Adriano.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): *Pela ordem*, Presidente. Só para reafirmar que votarei “*sim*”, pela manutenção do Veto por questões técnicas e jurídicas, por conta da competência, porque há uma ingerência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Renato. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e*

*Tiago Amaral (38 Deputados); **Votaram Não:** Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Dr. Antenor , Goura, Luciana Rafagnin, Ney Leprevost, Professor Lemos e Requião Filho (9 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Del. Jacovós, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco e Soldado Adriano José (7 Deputados).]* Com 38 votos favoráveis e 9 votos contrário, **está aprovado o Veto Total n.º 13/2022, ao Projeto de Lei n.º 523/2020. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável da Deputada Cristina Silvestri, ao invés do voto contrário registrado no aplicativo de votações.)**

ITEM 10 – Discussão Única do Veto Total n.º 2/2023, ao Projeto de Lei n.º 313/2020, de autoria do Deputado Arilson Chiorato, que dispõe sobre a medição por consumo efetivo pelas concessionárias fornecedoras de água e esgoto e de energia elétrica, vedação de cobranças abusivas e dá outras providências. Com relatório da CCJ considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Paulo Gomes, por favor.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Senhor Deputado, li com bastante atenção o Projeto de Lei e o Veto do Sr. Governador e quero ressaltar aqui, como o meu estudo e a minha eleição se deu em cima do tema defesa do consumidor, não me parecem críveis as argumentações dadas pelo Governo do Estado, porque estamos falando em cobrança por estimativa de contas de serviços públicos de água e energia. O Governo primeiro diz que não temos competência para legislar. O art. 24 da Constituição Federal diz que, matéria relacionada a direito do consumidor, a competência é concorrente. Então, parece-me que há, sim, a possibilidade de legislarmos sobre o assunto. Diz o Governo também que, em se tratando de serviços públicos, não há nossa competência. Ocorre que o Código do Consumidor e a Constituição Federal em nenhum momento excetua serviços

públicos de legislação por parte dos Deputados. O Governo também fala em desequilíbrio contratual. Ora, que desequilíbrio contratual é esse que permite as concessionárias cobrarem valores não consumidos pelos consumidores? Ou seja, é um desequilíbrio contratual você cobrar por aquilo que não foi efetivamente consumido? Então, não há desequilíbrio contratual nenhum. O Governo também usa como argumentação que a agência reguladora Agepar já fez, já disciplinou a forma de cobrança. Primeiro que a Agepar não pode legislar contra dispositivo de lei, que é o Código do Consumidor, que não permite a cobrança de valores ou de serviços efetivamente não prestados. Então a Agepar, no meu entender, fere o Código do Consumidor e a Resolução n.º 3 da Agepar não é superior a uma lei que possa ser aprovada pela Assembleia Legislativa. Portanto, entendo eu Deputado que devemos, sim, derrubar o Veto e que as cobranças sejam feitas efetivamente pelos serviços prestados – se prestou o serviço, cobra-se; se não prestou, não se cobra. Se até hoje está sendo feito de forma irregular, não podemos, através da Assembleia Legislativa, simplesmente corroborarmos aquilo que está errado nas cobranças dessas tarifas públicas.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Senhor Presidente, só aqui para registrar. Na votação do podólogo votei errado, era “*sim*” e votei “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Faremos a correção em Ata, então, Deputada. Deputado Arilson, agora sim.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, primeiro quero ratificar as palavras do Deputado Paulo Gomes da TV, brilhantes no que remete à defesa do consumidor e função aqui desta Casa enquanto legislador. O fato é, Presidente, que este Projeto de Lei nasceu após inúmeras reclamações de usuários paranaenses dos serviços de água e luz, principalmente no período da pandemia da Covid-19, que trata sobre a medição por consumo efetivo pelas concessionárias, vedando cobranças abusivas e dando outras providências, com a obrigação para que as empresas concessionárias fornecedoras de água e esgoto e de energia elétrica efetuem cálculos através da leitura efetiva dos aparelhos

medidores de aferição de consumo e que o boleto de cobrança emitido pela concessionária ao usuário do serviço deverá conter uma foto do identificador do consumo do aparelho de medição. Trata-se de ouvir e atender usuários com a regulamentação de mecanismos de garantia dos direitos dos usuários, das concessionárias, dos serviços públicos e de titularidade estatal. O Veto ao Projeto de Lei se fundamenta na argumentação de que a matéria abordada adentra às ações que são conferidas exclusivamente à administração pública. É inacreditável, destaca que haverá criação de ônus para as empresas concessionárias fornecedoras de água e esgoto e de energia elétrica. Caso haja a troca ou conserto dos aparelhos medidores, serão responsabilidade das concessionárias e que, em caso de situação de calamidade pública e de impossibilidade de medição, a cobrança será feita com base na tarifa mínima, e realizada a cobrança retroativa, com a apuração do consumo efetivo, após restabelecida a normalidade. Aqui o Estado confessa que faz a leitura de forma equivocada e errada, mas que se tiver que trocar o aparelho é prejudicial para o equilíbrio contratual que ele tem; confessa ao mesmo tempo que está errado mas acha, sim, que não pode fazer, que vai ter um desequilíbrio. E, pasmem, na defesa do Governo, coloca que ao acrescentar a foto na fatura há um aumento de custo para a concessionária. Mas, o direito do consumidor está ferido, não se prova quanto realmente foi gasto. Ou seja, para a Casa Civil haverá a criação indevida de ônus se as empresas concessionárias de água e luz tiverem a obrigação de efetuar os cálculos por medidores de aferição de consumo com problemas; haverá a criação de ônus também se houver troca de aparelhos; e haverá a criação indevida de ônus se o consumidor protegido em caso de cobrança tiver que pagar o valor mínimo. Ou seja, ele tem que pagar a mais, mesmo sem saber se conseguiu o mínimo, e isso é uma criação de ônus, segundo a interpretação da Casa Civil. Parece que estão defendendo as empresas, o que era para ser defendido o povo paranaense, os consumidores. Atualmente uma regulamentação da Agepar prevê que se o prestador de serviços não possa efetuar a leitura do medidor de água por motivo de situação de emergência, de calamidade pública ou por força maior, o faturamento deve ser efetuado com base na média mensal dos cinco ciclos

últimos, de acordo com o faturamento da unidade consumidora, art. 119 da Resolução n.º 3/2020 da Agepar. Para corrigir essa injustiça e dentro da legalidade propusemos este Projeto que foi aprovado na CCJ e também na Comissão de Obras, mas o Governo do Estado entende que após o final da situação de emergência ou calamidade pública, se for feita a leitura de cobrança retroativa, no caso de medição efetiva, haverá custo indevido para a concessionária. Ou seja, a preocupação do Governo é a concessionária e não se o povo pagou a mais ou não, e a nossa função, do Poder Legislativo, não é legislar em favor do usuário para corrigir a injustiça. Grifo nosso: *Não é função do Poder Legislativo legislar em favor do usuário*. Qual será a nossa função, então? Legislar para quem, se não é para o usuário? Há um entendimento de política distorcido na fundamentação jurídica – não estou fugindo do tema, que é a constitucionalidade – colocada pela Casa Civil. Ou seja, o Governo está trabalhando para se manter a injusta regulamentação da Agepar, da Sanepar e da Copel. Na CCJ, meu estimado Líder do Governo, Deputado Hussein, apontou que a Casa Civil entende que existem injustiças na cobrança da tarifa de energia que devem corrigidas, porém no momento de apoiar o Projeto de Lei ou a derrubada agora, adiantou que vai trabalhar para um novo Projeto por parte do Governo e não por parte da autoria deste Deputado. Entendo e tenho certeza de que de parte de V.Ex.^a não é uma perseguição contra a minha pessoa, mas acredito que é um equívoco muito grande o veto a este Projeto de Lei, sobretudo agora que a Casa Civil assumiu a importância e a pertinência do Projeto. Por isso, quero pedir a cada um, Deputado e Deputada que está aqui, vamos votar “*não*” ao Veto, vamos defender os usuários da Copel, da Sanepar e do povo do Paraná. Se votarmos “*sim*”, vai poder cobrar energia e água conforme se quer e errado, como reconhece a Casa Civil. A decisão aqui é eminentemente política. Há substantivos jurídicos para se aprovar. Então, peço “*não*”, pela derrubada do Veto, para defender o povo das garras dos acionistas da Copel e dos acionistas da Sanepar, porque o lucro está se sobrepondo ao interesse público, o lucro está se valendo à vontade do povo paranaense. Voto “*não*”, Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, data vênha o entendimento do nosso querido Deputado Arilson Chiorato e de outros Parlamentares que votaram favoráveis a este Projeto, na época em que este Projeto foi apresentado votei contra. E por que votei contra? Porque este Projeto é contrário ao interesse de uma grande parcela de usuários de serviços públicos, muito especialmente na área de saneamento, de água e esgoto, porque toda a lógica que temos na política tarifária, tanto na área de energia, mas especialmente na área de saneamento, é uma lógica de subsídio cruzado. Qual é a lógica? A lógica é ter tarifa mínima. A tarifa mínima é ficta? É ficta, parte do pressuposto de que todo consumidor consome no mínimo 10 m³ de água, por exemplo, dando um exemplo, ou 6 m³ naquela graduação que a Agepar criou. O fato concreto é que se houver um desmonte para essa lógica que o Deputado Arilson quer trazer, uma coisa é efetivamente quando há problema de leitura de hidrômetro ou coisa que o valha, outra lógica é a lógica que de fato de forma substantiva este Projeto trata, que é a existência do subsídio cruzado – o custo da energia, mas especialmente o custo da água pode se tornar insuportável para as famílias mais pobres, é por isso que temos uma lógica de termos a cobrança de tarifa mínima. Então, quero dizer o seguinte: o Projeto e a Sanepar e a Copel especialmente podem ter maior eficiência do ponto de vista da leitura do resultado do consumo, agora o que ele traz de forma colateral é o desmonte da política de subsídio cruzado que temos hoje e isto é um risco grande para os consumidores, especialmente, de uma maneira geral, aqueles que precisam ter efetividade e que não estão cobertos pela Tarifa Social da Água ou da Luz Fraterna, ou seja, as políticas que temos. Então, o risco grande que temos é esse e por isso que entendo que devemos votar com a expressão “*sim*”, para a manutenção do Veto que foi apostado pelo Governador do Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação, Sr.^s Deputados. Deputados e Deputadas favoráveis à manutenção do Veto votam com a expressão “*sim*”, Deputados que entendem que há a necessidade da derrubada do Veto votam com a expressão “*não*”. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhores Deputados que compõem a base e Sr.^{as} Deputadas, podem votar com total segurança com o voto “*sim*”. Garanto para vocês que o tema vai ser tratado a posterior. Podem votar com segurança. O voto é “*sim*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Por falta de confiança nessa segurança do Hussein, pedimos o voto “*não*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não esperava outra coisa de V.Ex.^a.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, Do Carmo, Gilson de Souza, Luiz Fernando Guerra, Ney Leprevost, Samuel Dantas e Soldado Adriano.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, tem alguns Deputados que estão indecisos, indecisos não, com a forma de votar. O voto é “*sim*”, àqueles que querem manter o Veto. Longe de querer ensinar aqui. E “*não*” aos que querem derrubar. Portanto, o nosso voto na base do Governo é voto “*sim*”.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Senhor Presidente, também a título de encaminhamento. O argumento trazido pelo Deputado Romanelli e também pelo Líder do Governo, ele se atém ao que entendi, exclusivamente no elemento político da discussão, ao menos do Deputado Romanelli. Quando ele vem aqui e diz que é uma política de subsídio cruzado, que dá condição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Renato, os encaminhamentos já encerraram. Estamos em processo de votação.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Já se esgotaram? Mas a título de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não. Não cabe.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): A questão é jurídica apenas, não política.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): É jurídica. O Veto foi derrubado com fundamentação jurídica.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (35 Deputados); **Votaram Não:** Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Matheus Vermelho, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (12 Deputados); **Abstenção:** Del. Jacovós (1 Deputado); **Não votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Gilson de Souza, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco e Ney Leprevost (6 Deputados).] Com 35 votos favoráveis, 12 votos contrários e 1 abstenção, **está aprovado o Veto Total n.º 2/2023, ao Projeto de Lei n.º 313/2020.**

ITEM 11 - Discussão Única...

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): *Pela ordem,* Senhor Presidente Só queria registrar o meu voto “não” no Item 9. Não consegui votar na hora.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado em Ata, Deputada.

ITEM 11 – Discussão Única do Veto Total n.º 3/2023, ao Projeto de Lei n.º 559/2021, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Emerson Bacil e Tião Medeiros, que institui o programa de estímulo à implantação das tecnologias de conectividade móvel, a fim de viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração. Com relatório da CCJ considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O nosso voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.º Deputados. Deputados favoráveis à manutenção do Veto votam com a expressão “*sim*”, os contrários com a expressão “*não*”. Votando.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Só para fazer um convite. Amanhã, junto com o Deputado Arilson, o Deputado Romanelli, mas especialmente com o Professor Fabio Scatolin, economista, Professor da Universidade Federal do Paraná, faremos um debate sobre a questão das concessões dos pedágios, aqui em Curitiba, na Livraria Vertov, que fica ali próximo ao Sesc da Esquina. Faço um convite a todos os Parlamentares e a todos que acompanham a discussão. O Professor Fabio vai fazer essa explicação de uma proposta que no nosso entendimento defende os interesses do Paraná, dos usuários. Então, amanhã, às 19 horas, na Livraria Vertov. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.º Deputados: [**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto

*Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (39 Deputados); **Votaram Não:** Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Requião Filho (8 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Do Carmo, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto e Marcio Pacheco (7 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e 8 votos contrários, **está aprovado o Veto Total n.º 3/2023, ao Projeto de Lei n.º 559/2021.**

ITEM 12 – Discussão Única do Veto Total n.º 4/2023, ao Projeto de Lei n.º 762/2019, de autoria do Deputado Arilson Chiorato, que institui o passe maternidade e obriga as empresas que exploram a prestação de serviço do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros a fornecer gratuitamente passagem às gestantes usuárias do serviço, até três meses após o parto. Com relatório da CCJ considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão. Deputado Arilson, para encaminhar.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o Projeto de Lei n.º 762/2019 institui o passe maternidade e obriga as empresas que exploram a prestação de serviços de transporte coletivo rodoviário e intermunicipal de passageiros a fornecer gratuitamente passagem às gestantes usuárias do serviço, até três meses após o parto. O acesso à saúde é direito social garantido a todos os cidadãos brasileiros na Constituição Federal. No seu art. 24, prevê a competência legislativa concorrente entre a União e o Estado para legislar sobre a proteção à saúde. Este Projeto aprovado nesta Casa regulamentou o fornecimento nos novos contratos, nas novas autorizações de transporte coletivo intermunicipal de uma quantidade de algumas pessoas, passagem apenas com número informado pela unidade de saúde, no momento do cadastramento, mais três vales passagens para casos de emergência, durante o período de gestação e em até

três meses pós-parto, exclusivamente para gestantes com renda inferior a três salários-mínimos. Em Plenário, os Deputados da base do Governo, os Deputados Tiago Amaral, Marcio Nunes, Guto Silva, Nelson Justus, Élio Rusch, Marcel Micheletto e Delegado Jacovós propuseram uma emenda ao Projeto, que concordamos com o seu mérito, para adequar o número de passagens. Agora, a Casa Civil força uma situação para encontrar inconstitucionalidade onde não existe. Foi feita a mudança a pedido do Governo na época, para atender o Projeto. Mas hoje, não é perseguição, é claro que não é por causa da minha pessoa, nada, longe disso, imaginem, o Projeto se tornou inconstitucional. O Governo construiu a constitucionalidade e agora é inconstitucional. Outra lei idêntica de iniciativa Parlamentar foi aprovada na Assembleia com garantia de isenção, como por exemplo a Lei n.º 20021/2019, que concede isenção de tarifa de transporte coletivo intermunicipal para pessoas com transtorno de espectro autista e seu acompanhante. Estamos aqui colocando a gestante como se fosse uma pessoa também que tivesse o transtorno do espectro autista, se fosse para fazer uma emenda nessa lei. Mas, a Lei do Autista não é inconstitucional, a do Deputado Arilson e dos outros Parlamentares é inconstitucional. Trata-se de um Projeto com o mesmo caráter protetivo, digamos que no popular é a mesma lei, porém com orientação política diferente, porque não está tendo encaminhamento jurídico, está tendo encaminhamento político aqui nesta CCJ. Do ponto de vista de proteção constitucional dos direitos sociais é um absurdo tratar autorização de gratuidade para as pessoas com transtorno de espectro autista e para gestantes nos próximos contratos de forma como desequilíbrio contratual. Sabe por que não é desequilíbrio contratual, Presidente? Porque nem existe contrato. Estou falando de novas concessões. Nem nesse ponto eles acertam. A Bancada Feminina, através da Deputada Cristina Silvestri, fez também as alterações, corrigimos o vício, mas estranhamente, nos últimos 30 dias, mudou o entendimento na Casa Civil. O Chefe da Casa Civil é o mesmo, mas o entendimento lá dentro mudou. Outras leis de Parlamentares foram aprovadas, que tratam de efeitos em futuros contratos de concessão, apresentados, aprovados e sancionados. Querem um exemplo? Lei n.º 20.650/2021, dos Deputados Francischini, Jacovós, Evandro Araújo, Marcio

Pacheco e Michele Caputo, que prevê diretrizes para os novos contratos de concessão relativos à malha ferroviária. Também a Lei Estadual n.º 20.514/2021, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que prevê a proibição de aumento de tarifa de pedágio enquanto houver atraso na execução de obras. Todos falando de futuro, como a lei que o Deputado Arilson assina. Essas duas leis de iniciativa de Deputados Estaduais preveem garantia para os usuários e usuárias para novos contratos de concessão, como é o caso deste Projeto de Lei que está sendo vetado por motivos que situam fora do mundo jurídico. Ou seja, qual o motivo para vetarem um Projeto de Lei que possui amparo legal e constitucional? Qual o motivo para vetar um Projeto de Lei que possui Projetos idênticos, de iniciativa parlamentar, do ponto de vista de gratuidade para públicos hipossuficientes, Projetos idênticos que tratam não apenas e tão somente de novos contratos? Acredito que seja mero equívoco e, portanto, peço o voto de V.Ex.^{as} para a derrubada do Veto. Trata-se de beneficiar gestantes que necessitam e que preenchem os requisitos da lei, com o número reduzido de passagem, mas com o impacto elevadíssimo e positivo no acompanhamento do pré-natal e dos recém-nascidos, para complementar a política humanitária do Sistema Único de Saúde no Paraná e a política da promoção dos direitos da mulher. Quero aqui pedir o voto em nome das mulheres que corrigiram o Projeto, criaram os elementos, criaram as condições técnicas, para não deixar o Projeto totalmente aberto. Se não derrubarmos o Veto, é mais uma vez um elemento simplesmente político. Não posso ceder aparte, Deputada Cristina, para V.Ex.^a, porque estou encaminhando, mas tenho certeza de que a senhora pode complementar a fala na sequência. Presidente, as gestantes do Paraná precisam disso, principalmente as que moram em cidades pequenas e precisam de atendimento nas cidades maiores para fazer o seu pré-natal. As cidades que têm dificuldades de fornecer o atendimento local, se ela tiver gratuidade de transporte, Deputada Mabel, ela vai poder ir à cidade maior e ter o atendimento necessário. O Projeto visa isso, tão somente isso. Quero aqui pedir a aprovação, o voto “*não*”, a favor das gestantes do Paraná.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputada Cristina.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Fui relatora deste Projeto e entramos com uma emenda exatamente para corrigir algumas falhas. O que estamos falando aqui é uma passagem de ônibus para as gestantes uma vez por mês. Como se fala em prevenção, como que se fala em pré-natal de uma mulher que vem de um distrito no interior de Pitanga? Como que ela vai ter acesso a esse pré-natal se ela não tem condições nem de pagar esse ônibus para chegar ao município? E corrigimos dessa forma este Projeto. Então, peço a todos vocês para realmente derrubar este Veto, a favor de todas as mulheres e de todas as crianças que estão em risco neste Estado.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para encaminhar, Presidente.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputada Mabel, inicialmente, depois o Deputado Gugu.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, em que pese tudo o que já foi falado pelo Deputado Arilson, a Deputada Cristina, sei que o Líder do Governo já anunciou, até inclusive na CCJ, que vai tentar fazer a construção junto à Bancada Feminina, mas não podemos deixar de defender a derrubada do Veto, porque justamente há questões legais neste Projeto que precisam ser analisadas e que não foram analisados pela Procuradoria. Cito aqui, por exemplo, que o entendimento relatado no Veto já há muito tempo foi superado pelo STF para vetar o Projeto na totalidade. Inclusive, vimos aqui que lá no STF, no julgamento de agravo regimental de um recurso extraordinário do município do Rio de Janeiro em face de uma lei municipal, ele decidiu que não ofende o princípio da separação de Poderes lei de iniciativa parlamentar que busque concretizar direito social previsto na Constituição. Essa lei carioca é justamente uma situação de direitos de proteção às mulheres, e no caso aqui estamos falando

de uma lei que consolida o direito de igualdade e vai ao encontro do que justamente está descrito na Constituição, que é reduzir as desigualdades sociais e regionais. Também a tese 917 do STF e de outros julgados análogos entende que não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração, não trate da sua estrutura ou da atribuição dos seus órgãos, nem de regime jurídico de servidores públicos. Consagrar uma medida, como a proposta pelo Deputado Arilson, não altera em nada a estrutura da administração pública. Os órgãos fiscalizadores do serviço do transporte coletivo intermunicipal já são incumbidos de, por óbvio, fiscalizar a atividade prestada pelas empresas concessionárias e o respeito por parte delas da legislação vigente. Em outras palavras, apenas terão de se atualizar e, a partir da vigência da lei, que esperamos aqui manter, garantir mais este importantíssimo direito conquistado para as mulheres paranaenses, em especial as gestantes de baixa renda. Não é de desconhecimento de outras leis estaduais, como aqui o Deputado Arilson falou, de iniciativa Parlamentar que tratam de isenções, gratuidades. Por isso, no meu entender, o Veto não foi suficiente, a justificativa do Veto não é suficiente para não permitirmos este direito às nossas gestantes. E aqui, como a Deputada Cristina já falou, vou citar o exemplo, gosto sempre de citar um exemplo, Deputada Luciana: O Hospital Regional de Ponta Grossa atende a todas as gestantes de alto risco da região, os partos são feitos no nosso Hospital Regional, da região inteira, de três Regionais. Como é que essas gestantes de maior vulnerabilidade social conseguem ir? Ou elas dependem do carro da Prefeitura, do ônibus da Prefeitura, que vai muito cedo. Enfim, é proporcionar conforto em um momento bonito e especial. Acho que é um direito inerente para as nossas gestantes. Obrigada, Presidente.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Agora, na sequência, Deputado Gugu Bueno. Posteriormente, V.Ex.^a.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Obrigado, Sr. Presidente. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, é evidente que no mérito deste Projeto ele sensibiliza a todos os Sr.^s Deputados e Deputadas, pelo objetivo do Projeto. Contudo, como temos a compreensão, a Assembleia Legislativa do Paraná pode muito, mas não pode tudo; e não basta a nossa boa vontade às vezes de resolver as questões, há a necessidade de uma construção jurídica e legal. E o Veto que vem do Poder Executivo, mesmo com toda a boa vontade da Liderança do Governo, dos Deputados de construírem esta solução, ele está baseado única e exclusivamente na questão da inconstitucionalidade por vício de origem. Inclusive tenho aqui em mãos uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre uma lei semelhante que o Tribunal de Justiça de São Paulo julgou no ano passado, no ano de 2022, apontou a inconstitucionalidade da lei por vício de iniciativa, lei extremamente semelhante à lei que em voga discutimos. Então, Sr. Presidente, participei junto com o nosso Vice-Líder, Deputado Artagão, com o Deputado Líder, Deputado Hussein, hoje de manhã, em reunião na Casa Civil, durante algum tempo. O nosso Chefe da Casa Civil está sensibilizado com esta causa, determinou no momento que a equipe da Casa Civil monte um grupo de trabalho, que convide a Frente Feminina aqui desta Casa para que possam participar dessa discussão e que juntos possamos de fato construir uma solução, que não é apenas positiva, mas que também seja legal. Por isso, Sr. Presidente, por única e exclusivamente argumentação jurídica da inconstitucionalidade, que entendo que o Veto deve ser mantido.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Ana Júlia, para encaminhar.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Já foi bem dito aqui pelos meus colegas anteriormente a importância da derrubada deste Veto, mas quero trazer outra coisa que ainda não foi discutida. Ainda estamos no mês de março, ainda estamos no mês de comemoração pelas conquistas dos direitos das mulheres, e ver o Veto a este Projeto ainda no mês de março me parece de uma contradição muito grande. Há menos de uma semana estávamos

todos nesta Casa falando da importância das conquistas para os direitos das mulheres e da importância de coletivamente lutarmos por esses direitos. E aqui me traz muita curiosidade de entender como que um Projeto que foi amplamente discutido nesta Casa, que em dezembro foi aprovado pela grande maioria dos Deputados, foi discutido e teve parecer favorável na CCJ, na Comissão de Direitos do Consumidor, de Obras Públicas possa agora ser vetado. Não foi um Projeto passado às pressas, não foi um Projeto debatido e criado de um dia para o outro, foi um Projeto amplamente discutido por esta Casa e um Projeto votado de forma coerente, correta pelos Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas. Por isso, peço pela derrubada do Veto, principalmente considerando que há menos de uma semana estávamos todos nós nesta Casa discutindo e falando da importância de ampliar os direitos das mulheres, e este é um Projeto que faz isso no cotidiano e na vida cotidiana das mulheres, de forma real e presente, por isso que é tão importante a derrubada deste Veto. Não há argumentos jurídicos e nem mesmo argumentos plausíveis para a manutenção do Veto. Então, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, por todo o debate que tivemos nos últimos dias nesta Casa, por todo o debate amplo que fizemos, com a sessão temática da CCJ, com a sessão temática neste Plenário, que debatemos com muita firmeza, peço para vocês que derrubem este Veto, porque ele é importante, ele é fundamental para termos mais ainda as conquistas dos direitos das mulheres. Então, encarecidamente, pela discussão que vocês mesmos Deputados fizeram no ano passado, em dezembro, e aprovaram este Projeto, peço que tenham a mesma firmeza que tiveram para votar “*sim*” neste Projeto, para agora votar “*não*” no Veto e derrubá-lo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, para encaminhar?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente. Quero só aqui reforçar inclusive o pronunciamento agora da Deputada Ana Júlia e pedir o voto contrário ao Veto. Estamos pedindo o voto “*não*” a este Veto; de uma maneira bem especial, reforçar aqui à nossa Bancada Feminina e também a todos os Parlamentares. Sabemos que temos Parlamentares novos aqui que não

votaram no passado, mas que têm esse compromisso também e, como disse a Ana Júlia, na semana passada, estávamos aqui falando da importância da mulher, da defesa da mulher, da discriminação que ainda temos. E neste momento estamos aqui falando, além da mulher, estamos falando da vida, estamos falando de uma mulher gestante, de uma mulher que precisa ser atendida e que não tem condições de ter o transporte. Não estamos falando aqui de mulheres, Deputado Hussein, nosso Líder do Governo, não é o nosso Líder, mas é o Líder do Governo, estamos falando aqui da mulher gestante. Aqui, Maria Victoria, você que está gestante. Vamos lembrar aqui daquelas mulheres que não têm condições de pagar o transporte para fazer a sua consulta, o seu pré-natal e também depois o pós-parto. É importante lembrarmos que não estamos fazendo leis aqui para nós, estamos fazendo esta lei para aquelas mulheres que não têm condições. Estamos falando, o Projeto é bem claro nisso, o Deputado Arilson foi muito feliz quando fala das pessoas que estão hoje em situação de baixa renda, sem condições de pagar o transporte. Precisamos preservar a vida dessa mulher e a vida da criança e é nesse sentido que estamos aqui pedindo encarecidamente a todos os Parlamentares, a todos aqui que são pais também, que pensem neste momento que estamos preservando a vida da mulher e a vida da criança. Por isso, peço voto "*não*" ao Veto.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Artagão.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Presidente, muito rapidamente. Além de reforçar aquilo que já foi dito aqui por alguns Deputados que me antecederam, é importante deixar claro algumas questões pontuais. Primeiro, a inconstitucionalidade do Projeto por vício de iniciativa. Somos escravos da lei e precisamos assim caminhar, por isso é necessária essa correção. Segundo, a ideia é muito bem-vinda ao Governo, e é justamente por isso que a Casa Civil determinou um grupo de trabalho. Mas a Casa Civil e o Governo do Estado foram além, não só no que diz respeito à preocupação às gestantes, que precisam de

uma atenção especial no momento de necessidade, mas como também aos cardíacos, como também àqueles que fazem hemodiálise, como também àqueles que precisam passar por um procedimento cirúrgico e que todos estes, tanto quanto as gestantes, precisam da atenção do Governo do Estado. Se fizermos um encaminhamento pensando exclusivamente nas gestantes, estaremos cometendo também equívocos no tratamento com aqueles outros que da mesma forma precisam de atenção. O Governo acolhe a ideia, o Governo é sensível à demanda e por isso determinou a criação do grupo de trabalho, com a participação da Assembleia, com a participação da Bancada Feminina, com a participação das Secretarias e de todos aqueles que quiserem contribuir com esta boa e saudável discussão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos à votação, então, Sr.^s Deputados. Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Considerando tudo o que o Deputado Artagão falou, considerando a criação do grupo de trabalho, peço a manutenção do Veto, com todo respeito. Com segurança, a manutenção do Veto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputados favoráveis à manutenção do Veto votam com a expressão "*sim*", os contrários com a expressão "*não*". Votando.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto "*não*", inclusive muito preocupada com o encaminhamento dos Vice-Líderes aqui, do Vice-Líder, e do Vice-Vice-Líder, com medo que o nosso Governador e o Chefe da Casa Civil entrem com uma Adi contra a ação que concedeu a passagem de graça para o pessoal do Espectro Autista.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto "*sim*" aos Deputados que compõem a nossa base0 pela manutenção, com a segurança de que o tema será tratado pelo Governo de forma constitucional.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos do Deputado Alison, Deputado Bazana, Deputado Gilson e Deputado Ney Leprevost. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (29 Deputados); **Votaram Não:** Alexandre Amaro, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho e Samuel Dantas (12 Deputados); **Abstenção:** Do Carmo e Evandro Araújo (2 Abstenção); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Cantora Mara Lima, Marcel Micheletto, Márcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Ney Leprevost, Renato Freitas e Ricardo Arruda (11 Deputados).] Com 29 votos favoráveis, 12 votos contrários e 2 abstenções, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 762/2019. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário do Deputado Renato Freitas.)**

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Só um segundo, Sr. Presidente. Estou tentando votar e não estou conseguindo, mas o meu voto é contra a manutenção do Veto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Já fica registrado em Ata seu voto. Então, são 12 "não", mais o voto do Deputado Renato Freitas, e duas abstenções.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Apenas para fazer um registro público aqui dos 10 anos da eleição do Papa Francisco, que tem feito um papado que é uma verdadeira benção para aqueles que professam a fé católica. Um Papa inovador, corajoso, destemido e que fez uma opção preferencial pelos pobres, assim como nos ensinou nosso Senhor Jesus Cristo. Então, apenas pedindo o registro nos anais da Assembleia Legislativa do Paraná do voto de congratulações ao Papa Francisco pelos seus 10 anos de eleição para Papa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está mantido o Veto.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação final do Projeto de Lei n.º 199/2021, de autoria do Deputado Goura, que veda a utilização de fogo nas unidades de conservação de proteção integral do Paraná.

ITEM 2 – Redação final do Projeto de Lei n.º 646/2021, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que denomina João Maria Nascimento o viaduto localizado na BR-373, (Av. Souza Naves), km 180, no Município de Ponta Grossa.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 638/2020, de autoria das Deputadas Maria Victória, Mabel Canto e Cristina Silvestri, que dispõe sobre a obrigatoriedade das casas noturnas disponibilizarem tampas ou proteções de copos aos consumidores em todo o Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda da Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Ressalvada a Subemenda. Em discussão o Substitutivo. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, posso fazer um convite em nome do Bloco da Madeira?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Aproveitando que os Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas estão em processo de votação, esta Casa, por unanimidade, criou o Bloco da Madeira para discutir os desafios do setor produtivo no Estado do Paraná. Nós já realizamos algumas visitas, alguns contatos e estamos programando para o dia 5 de abril uma Audiência Pública, às 9 horas, aqui neste Poder Legislativo, na sala da CCJ, para que possamos, com todos os atores, poder público, iniciativa privada, Poder Legislativo, Deputado Romanelli, que estará nos auxiliando com sua expertise, que é grande, certamente para que possamos entender, compreender e encontrar soluções para esse setor tão importante, que responde pelo terceiro PIB não só do Estado do Paraná, como também do nosso Brasil. Estão todos convidados a contribuírem com esta discussão, a sugerirem a pauta desse debate e participarem conosco no dia 5 de abril, às 9 horas da manhã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Jacovós, Denian Couto, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Deputado Goura e Luiz Fernando Guerra.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, minha digital não está...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vota "*sim*", Deputada?

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Voto "*sim*".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Fica registrado. Deputado Nelson Justus. Soldado Adriano José, está votando.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): *Questão de ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Questão de ordem.*

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Fazer um registro aqui e parabenizar o Cascavel, que acabou se classificando ontem em cima da equipe do Anibelli, o Coritiba. Só para registrar. Parabéns, Cascavel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Denian Couto, Gilberto Ribeiro, Goura, Marcel Micheletto, Márcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos e Ricardo Arruda (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

Vamos submeter ao voto a Subemenda. Em discussão a Subemenda. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *“Sim”.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Batatinha, V.Ex.^a vai ter um conflito permanente no seu bloco com essa atitude.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, *pela ordem.* É que percebia que há um silêncio muito expressivo por parte do Deputado Guerra, do Deputado Anibelli Neto, Deputado Artagão...

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): O momento não é para isso, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Mas é um silêncio que cala profundo.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Não, nosso momento hoje do futebol é trágico por conta da agressão que aconteceu no final de semana. Não temos que ficar falando de resultados, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Um momento difícil. É verdade. O resultado...

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Vamos trabalhar o que é sério para o nosso Paraná, por gentileza.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Importante é que o *Fantasma* ganhou, não é? O importante é que o *Fantasma* ganhou. Vamos amenizar a situação, o *Fantasma* ganhou, o Operário de Ponta Grossa, rumo a mais um campeonato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Quem sabe criemos mais dois blocos, um do Athletico e um do Coxa.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Acho que o do Coxa vai ser necessário mesmo, hein!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli, Arilson, Cantora Mara Lima, Denian, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Goura, Marli Paulino, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Soldado Adriano e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia

*Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Denian Couto, Gilberto Ribeiro, Goura, Marcel Micheletto, Márcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 478/2022, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que assegura o direito de as mulheres terem acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da CCJ. **(Sobre o Projeto: Subemenda Aditiva de Plenário, dos Deputados Márcia Huçulak, Tiago Amaral, Cristina Silvestri, Mabel Canto, Delegado Tito Barichello e Cloara Pinheiro.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 1/2023, de autoria das Deputadas Mabel Canto, Cristina Silvestri, Maria Victória, Cantora Mara Lima, Luciana Rafagnin, Ana Júlia, Cloara Pinheiro, Flávia Francischini, Márcia Huçulak e Marli Paulino, que altera a lei n.º 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente, e revoga a lei n.º 19.207, de 1.º de novembro de 2017, que trata da implantação de medidas de informação e proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Saúde Pública. Emenda da CCJ. Em discussão o Projeto, ressalvada a Emenda.

DEPUTADO MABEL CANTO (PSDB): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Vou encaminhar daqui mesmo, Presidente, de forma muito rápida, apenas para ressaltar que este é o primeiro Projeto protocolado por toda a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa, pelas 10 Deputadas. É um Projeto que visa uma medida simples, que é a separação daquelas mães que acabaram tendo seu filho natimorto das demais mães. Uma medida de conforto em um momento muito difícil. Quando falamos que estamos legislando para o bem da população sobre as questões das mulheres, são medidas que podem ser consideradas simples como esta, mas que têm um impacto direto na vida daquela pessoa que está passando por essa situação. É bem verdade também que temos uma lei que fala sobre essa questão, mas no sistema privado, de autoria da Deputada Maria Victoria; mas agora as Deputadas pretendem expandir para a rede SUS. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*” e agradece a parte da Bancada Feminina que retornou ao Plenário para votar este aqui, e que se retirou na hora do Veto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero parabenizar a Bancada Feminina – perdoe-me, Deputado Requião – pela atuação firme e forte nesta Casa, e que tem o direito de tomar as decisões que achar necessárias. E acho que não é justo que V.Ex.^a se reporte dessa maneira, perdoe-me, mas toda vez que for colocado dessa forma. Cada Deputado tem a sua liberdade de fazer o que quiser, foi eleito e toma a decisão mais correta. E o meu voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados, por favor. Deputados Alexandre Amaro, Artagão, Batatinha, Do Carmo, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein

Bakri, Luís Corti, Romanelli, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Soldado Adriano e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 1/2023.**

Vamos submeter ao voto a Emenda. Em discussão a Emenda. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votação “sim”:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (37 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Denian Couto, Douglas*

Fabício, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (17 Deputados). Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a Emenda. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Matheus Vermelho.)

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, por gentileza, também conte o meu voto favoravelmente à Emenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado.

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Presidente, igualmente ao Deputado Romanelli, o meu também, Matheus Vermelho. Por favor, “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Matheus.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 6/2023, de autoria da Deputada Maria Victória, que estabelece prioridade para a tramitação de processos onde o interessado é pessoa com doença rara. Pareceres favoráveis da CCJ, e Comissão de Saúde Pública. **(Sobre o Projeto: Substitutivo Geral, dos Deputados Hussein Bakri, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Batatinha, Márcia Huçulak, Alexandre Amaro, Adão Litro, Nelson Justus, Tercílio Turini, Gilson de Souza, Delegado Jacovós e Soldado Adriano José.) Recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 454/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o dia 22 de março o *Dia do Sanepariano*. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Pedimos o voto “*sim*” e parabenizamos o Deputado Alexandre Curi pela luta contra a privatização da Sanepar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nosso voto é “sim”. Pela ordem, Presidente. Quero comunicar aos colegas Deputados que amanhã, depois da Sessão, na sala anexa, teremos a primeira reunião da Comissão de Educação, com três Projetos importantes na pauta. Portanto, faço aqui o convite para que estejam presentes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (20 Deputados).]

Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 454/2022.**

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 300/2023, do Deputado Bazana, solicitando o registro e o envio de votos de pesar às famílias enlutadas pelo trágico acidente ocorrido com alunos da APAE, ocorrido no dia 9 de março de 2023, em Jandaia do Sul; **Requerimento n.º 301/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado das Cidades, Sr. Eduardo Pimentel, requerendo que informe sobre a existência de plano de retirada das linhas férreas de dentro dos centros

urbanos; **Requerimento n.º 302/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos Sr^s Ministro da Infraestrutura (MINFRA); Secretário Nacional de Transportes Terrestres (SNTT); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), esses do Governo Federal, e também ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo a tomada urgente de providências para a obrigatoriedade da colocação de cancelas nas passagens de nível, uma omissão e que permanece nas concessões das ferrovias brasileiras; **Requerimentos n.ºs 303, 304, 306, 308, 313 e 314/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Guaraqueçaba; Pinhais; Paraíso do Norte; Grandes Rios; Castro; Nova Londrina; **Requerimento n.º 310/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Il.^{mo} Sr. Diretor do DER/PR, requerendo lombadas eletrônicas (Radar) no entrocamento entre a PR-466 com a PR-487, no município de Manoel Ribas, cruzamento que liga a região de Campo Mourão a Ponta Grossa e região de Londrina à Guarapuava, em virtude da ocorrência de muitos acidentes no local; **Requerimento n.º 311/2023**, do Deputado Do Carmo, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Estado, requerendo o policiamento e investigação de invasão ocorrida no Distrito de Iguatemi, em Maringá/PR; **Requerimento n.º 312/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio e votos de pesar à família pelo falecimento de Terezinha Vieira da Silva Lukasiewicz, Teresinha da Pastoral, integrante da Pastoral da Criança no município de Pitanga; **Requerimento n.º 315/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura de Transportes – DNIT e à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, requerendo informações sobre acidentes nas linhas ferroviárias; **Requerimento n.º 316/2023**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde do Estado, Sr. César Augusto Neves Luiz, requerendo providências quanto à mudança de endereço do Centro Regional de atendimento Integrado ao Deficiente – CRAID; **Requerimento n.º 317/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o

registro de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Laci Dionísio Giehl, pelos seus valorosos préstimos aos munícipes de Missal; **Requerimento n.º 318/2023**, dos Deputados Goura, Márcia Huçulak, Luciana Rafagnin, Hussein Bakri, Douglas Fabrício, Cloara Pinheiro, Ney Leprevost, Doutor Antenor e Arilson Chiorato, solicitando o registro e envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Tânia Maria Galvão Perez Centeno; **Requerimento n.º 320/2023**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo o registro e o envio de votos e congratulações à Associação Empresarial de Francisco Beltrão (ACEFB), pela realização da 13.^a Expofeira Mulher e do 1.º Sudoeste Rural Show, que ocorreu nos dias 8 a 12 de março de 2023; **Requerimento n.º 322/2023**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra do Estado do Paraná, Sr. Everton Souza, requerendo providências quanto ao cumprimento de condicionantes do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Salto Santiago; **Requerimento n.º 328/2023**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Empresário do Ramo Têxtil, Sr. Alvacir Cubas Ribas, a ser entregue no dia 17 de abril d 2023.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 305/2023**, dos Deputados Ney Leprevost e Tercílio Turini, solicitando a inclusão da assinatura do Deputado Tercílio Turini dentre os apoiantes no Requerimento n.º 271/2023, requerendo a constituição da Frente Parlamentar da Medicina, de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Requerimento n.º 309/2023**, dos Deputados Batatinha, Ana Júlia, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Mabel Canto e Delegado Francischini, solicitando a inclusão da Deputada Ana Júlia como autora do Projeto de Lei n.º 85/2023, e demais Deputadas que subscrevem o Projeto de Lei n.º 85/2023, que dispõe sobre a penalização à veiculação por qualquer meio de publicidade que estimule a violência contra a mulher e dá outras providências; **Requerimento n.º 319/2023**, do Deputado Samuel Dantas, requerendo a constituição da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais, até o final da

presente Legislatura; **Requerimento n.º 321/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, solicitando o cancelamento do requerimento n.º 245/2023, no qual requer a inclusão do Deputado Delegado Jacovós na coautoria do Projeto de Lei n.º 386/2021, de autoria dos Deputados Subtenente Everton e Alexandre Amaro; **Requerimento n.º 323/2023**, dos Deputados Delegado Jacovós e Alexandre Amaro, solicitando a inclusão do Deputado Delegado Jacovós na coautoria do Projeto de Lei n.º 386/2021, de autoria dos Deputados Subtenente Everton e Alexandre Amaro; **Requerimento n.º 324/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima e do Deputado Soldado Adriano José, solicitando a inclusão do Deputado Soldado Adriano José como coautor do Projeto de Lei n.º 41/2023, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima; **Requerimento n.º 325/2023**, dos Deputados Cobra Repórter, Alexandre Amaro, Coara Pinheiro, Cantora Mara Lima, Samuel Dantas, Hussein Bakri, Ricardo Arruda, Delegado Tito Barichello, Ney Leprevost, Márcio Pacheco e Luiz Cláudio Romanelli, solicitando a constituição da Frente Parlamentar dos Condomínios, para representar e debater os direitos de condomínios prediais residenciais ou não, assim como de síndicos e condôminos; **Requerimento n.º 327/2023**, do Deputado Gilson de Souza, requerendo a alteração do nome da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, Cuidados Prevenção às Drogas para Frente de Apoio às Comunidades Terapêuticas, Cuidados e Prevenção às Drogas.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 326/2023**, dos Deputados Gilson de Souza e Delegado Jacovós, requerendo o horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 17 de abril de 2023 para prestar homenagem com menção honrosa ao Empresário do Ramo Têxtil Sr. Alvacyr Cubas Ribas, da ACR Malhas, face aos relevantes trabalhos prestados à sociedade paranaense.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º**

307/2023, da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de março de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 14 de março de 2023, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação final dos Projetos de Lei n.ºs 104/2022 e 295/2022; 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 638/2020 e 1/2023; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 86/2022 e 454/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 58/2023, 59/2023, 60/2023, 61/2023, 62/2023 e 63/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h46, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)